

ATA N.º 9/2023

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE ABRIL DE 2023:

No dia cinco de abril de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas e treze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Roberto José Lopes Cortegano, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, foi convocado, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Roberto José Lopes Cortegano. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela e S. Filipe (Ilha do Fogo, Cabo Verde) e a ADREPAL, Lda.

PONTO 2 – Representação Institucional - Atualização

PONTO 3 – Designação de Encarregado de Proteção de Dados - Ratificação

PONTO 4 – Designação de Responsável pelo Acesso à Informação do Município de Palmela - Ratificação

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro às Associações de Moradores no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 6 – Loteamento municipal L-44/81 – Pinhal Novo – Desafetação de área do domínio público e sua afetação ao domínio privado municipal

PONTO 7 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação

Requerente: Mário Arménio da Costa Felício. Processo: FIMOC-1794/2023.

Local: Rua Serpa Pinto, n.º 24 e Rua Contra Almirante Jaime Afreixo, n.º 25, em Palmela.

PONTO 8 – Processo Disciplinar n.º 03/2022 – Aplicação de sanção disciplinar

PONTO 9 – Feira Medieval de Palmela 2023 – Preços a aplicar

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro a cinco escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares 2022/2023

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, para a realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação de Festas de S. Gonçalo

PONTO 13 – Transferência financeira, no âmbito da conservação e manutenção, para estabelecimentos de ensino do concelho - Atualização

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DESPACHOS EMITIDOS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do urbanismo:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 27.02.2023 a 24.03.2023.

DESPACHOS EMITIDOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – No âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período entre 14.03.2023 e 31.03.2023.

ATOS PRATICADOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados

pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período entre 14.03.2023 e 31.03.2023.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados pelo/as Sr./as Presidente, Álvaro Balseiro Amaro; Vereadora Fernanda Pésinho; e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Maria Teresa Palaio Pereira, em matéria de processos de obras públicas, no período compreendido entre 14.03.2023 a 03.04.2023.

DESPACHOS EMITIDOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos processos despachados pelos Srs. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco; e Chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral, Dr. Pedro Ferreira, no âmbito da Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 15.03.2023 a 04.04.2023.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 14.03.2023 a 04.04.2023, no valor de 4.629.978,59 € (quatro milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e oito euros, e cinquenta e nove centimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 6.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 04.04.2023, apresenta um saldo de 20.474.622,55 € (vinte milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte e dois euros e cinquenta e cinco centimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 17.761.073,25 € (dezassete milhões, setecentos e sessenta e um mil, setenta e três euros e vinte e cinco centimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.713.549,30 € (dois milhões, setecentos e treze mil, quinhentos e quarenta e nove euros e trinta centimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Pelo reforço da segurança no Concelho de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de pesar** (Alberto Sousa Ferro).

Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Concurso Vinalies Internationales 2023 – Adega Camolas e Casa Ermelinda Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (28 de março – Dia Nacional da Juventude / 24 de março – Dia Nacional do Estudante / Março mês da Juventude).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Catarina Lourenço).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** apresenta a moção que se transcreve:

. **Moção** (Pelo reforço da segurança no Concelho de Palmela).

“O Concelho de Palmela é um território complexo e desafiante a vários níveis, pela sua extensão e dispersão populacional, enorme diversidade natural com ecossistemas únicos e sensíveis, múltiplas vocações e localização estratégica. Com mais de 950 quilómetros de caminhos e estradas municipais, este Concelho também é atravessado por várias estradas nacionais e regionais, bem como pelas autoestradas A2, A12 e A13 e pela ferrovia.

Os dados finais dos Censos 2021 colocam Palmela como o Concelho do distrito de Setúbal que mais cresceu na última década e o terceiro que mais crescimento registou, a nível nacional, com valores que se aproximavam já, à data, dos 70 mil habitantes. Afirma-se hoje, portanto, como o 36.º município mais populoso de Portugal, e em expansão, com núcleos urbanos em franco crescimento, como Pinhal Novo sul, Aires/Cabeço Velhinho, Quinta da Torre e Marquesas, entre outros.

A sua centralidade e capacidade de atração de investimento contribuem, em grande medida, para o desenvolvimento local, mas constituem, também, fatores acrescidos de risco, a vários níveis. A

elevada circulação de mercadorias e a forte dinâmica logística e industrial, com a presença de indústrias SEVESO, exigem atenção redobrada e permanente capacidade de resposta das forças de segurança. Acresce, ainda, a intensa vida cultural, desportiva, associativa e turística deste território, que congrega, regularmente, milhares de visitantes e justifica vigilância e intervenção atenta.

Data de 2008 o protocolo celebrado entre o Município de Palmela, a Guarda Nacional Republicana e a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna (MAI), com vista à construção de instalações para o Destacamento Territorial e Posto da GNR de Palmela, que viria a iniciar-se em 2012, com inauguração em 2014. Foi um longo processo, no âmbito do qual o Município adquiriu um terreno para ceder ao MAI e assumiu a responsabilidade pela empreitada, procurando, como tem sido sua política, agilizar procedimentos junto da tutela e fazer parte da solução para problemas do território.

Fê-lo com enormes expetativas face à ambicionada instalação de um Destacamento em Palmela, que pudesse inverter o paradigma e dotar o Concelho de mais e melhores meios, considerando que os três postos da GNR (Palmela, Pinhal Novo e Poceirão) eram já, à época, insuficientes. O edifício foi concebido para receber até 125 elementos e diversas valências, que permitiriam dar resposta aos desafios de um território com estas características, combater a criminalidade e reforçar a segurança e a desejável relação de proximidade com as populações, nos principais núcleos urbanos, bem como nas áreas dispersas.

No entanto, uma década volvida e essas expetativas continuam longe da realidade, e fenómenos de aumento da criminalidade e violência, transversais a todo o país e verificados, também, no nosso território, contribuem para despertar um sentimento de alguma insegurança, associado à falta de patrulhamento nas ruas e à manifesta falta de meios humanos e materiais para o assegurar. Desta preocupação, demos, já, nota em sede de Conselho Municipal de Segurança alargado e restrito.

Entretanto, está em curso um processo semelhante, com vista à construção, de raiz, de um novo quartel em Poceirão para dotar aquele Posto Territorial (que serve as freguesias de Poceirão e Marateca, além de Canha, no Concelho do Montijo) de condições condignas às/aos profissionais que lá prestam serviço e a quem recorre aos serviços. O Município cedeu o terreno anexo à antiga Escola Básica de Poceirão para a construção do Posto e promoveu a elaboração do projeto de execução para a obra, que se encontra em fase de conclusão há muito tempo, com sucessivas alterações solicitadas pelo MAI e pela GNR. O arrastar do processo agrava o descontentamento de militares e população, tendo-se ultrapassado todos os prazos anteriormente estimados para a resolução deste problema.

Considerando o esforço e empenho político, técnico e financeiro que o Município colocou na construção do edifício para o Destacamento Territorial e Posto da GNR de Palmela, bem como na assunção de um compromisso por parte do Governo para o Posto de Poceirão, a par das

expetativas criadas e das necessidades prementes de um território como o Concelho de Palmela, que merece um olhar específico face à sua dimensão e características, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 5 de abril de 2023, **delibera**:

- Reafirmar, junto do Ministério da Administração Interna, a urgência de dar bom andamento ao processo de construção do novo Posto para a GNR em Poceirão;
- Reivindicar o reforço urgente de meios humanos e materiais, que permita dotar as estruturas locais da Guarda Nacional Republicana de condições de trabalho e capacidade operacional para responder às necessidades e desafios do Concelho de Palmela;
- Dar conhecimento da presente Moção a:
 - . Sua Excelência, o Presidente da República
 - . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República
 - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro
 - . Sua Excelência, o Ministro da Administração Interna
 - . Sua Excelência, a Secretária de Estado da Administração Interna
 - . Grupos parlamentares e deputados únicos na Assembleia da República
 - . Assembleia Municipal de Palmela
 - . Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela
 - . Destacamento Territorial de Palmela da GNR
 - . Posto Territorial de Poceirão da GNR
 - . Posto Territorial de Pinhal Novo da GNR
 - . Conselho Municipal de Segurança
 - . Conselho Local de Mobilidade
 - . Comunicação social.”

Sobre a moção (Pelo reforço da segurança no Concelho de Palmela) intervêm:

O **Sr. Presidente** adita duas notas que decorrem de um conjunto de movimentações que já têm muito tempo. Informa que na última semana e no âmbito da iniciativa Governo mais próximo, reforçou a pressão junto da tutela para que se pudesse conversar e decidir sobre esta matéria. Partilha que tem agendada, com o Sr. Ministro da Administração Interna, uma reunião para o dia 9 de maio.

Mais recentemente, e por algumas alterações ocorridas na gestão dos efetivos e do comando, atinentes ao posto do Poceirão, que se manterá aberto e passará a estar/ser comandado pelo posto de Pinhal Novo, foi solicitada uma reunião para se abordar esta matéria com o Sr.

Comandante do Destacamento Territorial da GNR (a estrutura distrital que está acima do comando concelhio), tendo obtido, no dia de ontem, a confirmação do agendamento da mesma para dia 17, às 10 horas. Tem a percepção que os cidadãos e as estruturas que têm participado no Conselho Municipal de Segurança, não obstante os números não serem propriamente assustadores, têm algum sentimento de insegurança, pela falta de visibilidade de agentes da GNR, que às vezes só se veem quando fazem gratificados em determinadas ações, como cortes de estrada, a empresas e eventos. Constatou que, no dia-a-dia, junto do comércio e das comunidades mais isoladas sente-se essa falta de presença e patrulhamento. Informa que, ao conversarem com as estruturas de comando, perceberam que (embora sem fornecerem dados, aos quais já foram solicitados oficialmente) os recursos/número de efetivos continua a ser bastante reduzido. Crê que, não obstante de estarem agendadas as reuniões, se justifica trazerem à Câmara esta tomada de posição.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** depois de cumprimentar os presentes, informa que iria trazer este assunto, antes de ser apresentada a moção, e que vai votar favoravelmente. Refere que se preocupam com o aumento da insegurança no concelho, a criminalidade violenta que tem aumentado e verificam os recursos insuficientes que as forças de segurança têm no concelho, através de visitas que têm efetuado. Observa que os números podem ainda não ser assustadores, mas as condições das forças de segurança são assustadoras, pois estão piores do que pensavam. Por isso, reforça, irá se juntar à moção.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** depois de cumprimentar os presentes, dá nota que o MCCP está de acordo com a presente moção, pois também se preocupa com a questão/garantia da GNR manter o Posto de Poceirão aberto com um administrativo, fazendo a gestão em Pinhal Novo, pelo que considera que assim é o mesmo que estar fechado, pois os guardas operacionais estão em Pinhal Novo.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** depois de cumprimentar os presentes, informa que os eleitos do PS estão de acordo com a moção e que os preocupa a percepção que as pessoas têm da insegurança, sobretudo nas áreas rurais (lembra que têm um tipo de povoamento isolado e disperso com muita gente a viver isolada e com essa percepção). Considera que não é verdade que tenha existido um aumento da criminalidade ou de ações violentas, mas sim um aumento de ações muito violentas. Acrescenta que não é verdade que tenha existido um desinvestimento nas forças de segurança, mas lamenta que o Posto de Poceirão, esteja, de facto, muito atrasado e que já deveria de estar construído. Refere que não deixa de ser verdade que, há muitos anos, o Posto de Poceirão está em condições impróprias para o funcionamento de uma força de segurança. Manifesta a sua satisfação pois, com a força da autarquia e do Governo, existe a possibilidade de, finalmente, haver um posto novo, com outras condições, e, espera, com mais efetivos, porque só ter condições no edificado não é suficiente. Lamentando que não esteja feito, espera que no dia 9 de março o Sr. Presidente traga boas notícias, para que, no mais curto espaço de tempo, seja possível ter um novo Posto no Poceirão para a segurança de todas as pessoas.

Submetida a votação a moção (Pelo reforço da segurança no Concelho de Palmela), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** passa à leitura do voto de pesar que se transcreve:

. Voto de pesar (Alberto Sousa Ferro).

“Alberto Sousa Ferro faleceu no dia 20 de março, aos 83 anos de idade.

Nascido a 10 de setembro de 1939, dedicou-se, de forma apaixonada, à vida da sua terra e pugnou pela sua afirmação e desenvolvimento, quer no seu papel enquanto autarca, quer no quadro da dinâmica associativa da Freguesia de Pinhal Novo, onde deixou uma marca incontornável.

No alvorecer da Democracia, foi o primeiro Presidente da Assembleia Municipal de Palmela, entre 1977 e 1979. No mandato 1983–1985, foi eleito Presidente da Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo e, mais tarde, entre 1998 e 2001, foi Vereador desta Câmara Municipal.

Fortemente empenhado na causa dos Bombeiros, participou ativamente na vida da Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo, ao longo de duas décadas, assumindo diversos cargos nos vários órgãos sociais, incluindo a presidência da Direção.

O seu interesse pelo mundo desportivo levou-o, igualmente, a desenvolver trabalho e a procurar cumprir o potencial de Pinhal Novo nesta área. Sócio fundador e sócio n.º 1 da Associação Académica Pinhalnovense, foi, também, Presidente da Direção do Clube Desportivo Pinhalnovense em 1973-1974 e em 1980 e assumiu o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral entre 2014 e 2018.

Foi associado da generalidade das coletividades e associações da Freguesia de Pinhal Novo, sempre com participação muito ativa na vida das mesmas.

Em 1997, fez parte da Comissão Organizadora da primeira edição das Festas Populares de Pinhal Novo e esteve, também, na Comissão Organizadora das Festas do Centenário, em 1974.

Afável, discreto, trabalhador, Alberto Ferro foi um homem de sonhos e de causas, e a sua partida deixa Pinhal Novo e o Concelho de Palmela mais pobres.

Reunida a 5 de abril de 2023, a Câmara Municipal de Palmela **lamenta** o falecimento de Alberto Sousa Ferro e **endereça sentidas condolências** à sua família e às muitas instituições e coletividades que integrou.”

Submetido o voto de pesar (Alberto Sousa Ferro) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Concurso Vinalies Internationales 2023 – Adega Camolas e Casa Ermelinda Freitas).

“A Adega Camolas e a Casa Ermelinda Freitas, voltam a ver os seus vinhos premiados e reconhecidos, numa das mais prestigiadas competições do mundo do vinho, o “Concurso Vinalies Internationales” organizado pela União dos Enólogos Franceses, que decorreu em março, em França.

Esta edição, reuniu a concurso mais de 3.500 amostras, oriundas de 45 países, que perante um júri internacional, altamente qualificado no setor vínico, distinguiu os nectares do Concelho de Palmela com 14 medalhas, destacando-se atribuição de duas Medalhas de Grande Ouro, para os vinhos Casa Ermelinda Freitas, “Moscatel Roxo de Setúbal Superior 2010”, e “Vinha do Torrão Tinto Reserva 2020”.

Foram gracejados com 5 Medalhas de Ouro e 7 Medalhas de Prata, os seguintes vinhos:

Medalhas de Ouro:

- Vinha do Torrão Branco Reserva 2021 – Casa Ermelinda Freitas
- Vinhos da Arrábida Branco Reserva 2021 – Casa Ermelinda Freitas
- Casa Ermelinda Freitas Merlot Reserva 2020 – Casa Ermelinda Freitas
- Casa Ermelinda Freitas Sauvignon Blanc & Verdelho 2021 – Casa Ermelinda Freitas
- Valoroso Cabernet Sauvignon, Syrah, Touriga Nacional 2021 – Casa Ermelinda Freitas

Medalhas de Prata:

- Camolas Grande Escolha Castelão 2018 – Adega Camolas
- Terras do Pó Branco Reserva 2021 – Casa Ermelinda Freitas
- Dona Ermelinda Branco 2022 – Casa Ermelinda Freitas
- Dona Ermelinda Reserva 2021 – Casa Ermelinda Freitas
- Quinta da Mimosa 2020 – Casa Ermelinda Freitas
- Vinha do Torrão Tinto 2021 – Casa Ermelinda Freitas
- Valoroso Tinto Reserva 2020 – Casa Ermelinda Freitas

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, a 5 de abril de 2023, a Câmara Municipal de Palmela, **saúda** a Adega Camolas e a Casa Ermelinda de Freitas, pelo alcance destes galardões, cujos níveis de qualidade e prestígio dos seus vinhos honram e valorizam a Região Vitivinícola de Palmela além-fronteiras.”

Submetida a votação a saudação (Concurso Vinalies Internationales 2023 – Adega Camolas e Casa Ermelinda Freitas), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (28 de março – Dia Nacional da Juventude / 24 de março – Dia Nacional do Estudante / Março mês da Juventude).

“Celebrou-se a 28 de março o Dia Nacional da Juventude!

O Dia Nacional da Juventude tem a sua origem em Bela Mandil, no Algarve, quando há cerca de 70 anos, em pleno fascismo, centenas de jovens organizados pelo Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil) realizaram um acampamento pela paz, pela liberdade e pela democracia. Os apelos à democracia e à liberdade foram reprimidos pela PIDE com agressões e prisão de muitos desses jovens, dando origem a um enorme movimento solidário juvenil e popular.

Evocar esta data é, para além de recordar a luta travada num período sombrio da nossa história, assinalar que os jovens continuam hoje a não ver reconhecidos os seus direitos continuando a debater-se com inúmeros problemas na sua vida, enfrentando dificuldades para uma completa autonomia no cumprimento pleno do Artigo 70º da Constituição da República Portuguesa, contra os níveis altos de desemprego, precariedade e baixos salários.

Os jovens trabalhadores deparam-se com inúmeros obstáculos para encontrar uma estabilidade financeira que lhes permita o acesso à primeira habitação, desenvolver a sua vida pessoal e familiar e, consequentemente, contribuir para o futuro do país.

O Dia Nacional do Estudante também foi evocado, relembrando a luta dos estudantes pela “urgente democratização do ensino”, a “supressão de uma discriminação económica injusta” e a “extensão do ensino universitário a todos os portugueses, independentemente da política, religião ou raça”. A Lei 19/87 consagra a data, tendo como objetivos: “o estímulo à participação dos estudantes na vida escolar e da sociedade”, a “cooperação e convivência entre os estudantes”, “a democratização e o desenvolvimento do ensino” e a “ligação dos estudantes com a comunidade”.

No Município de Palmela, o Março a Partir assinalou, para além do Dia Nacional da Juventude, o Dia Nacional do Estudante nas Escolas Secundárias de Palmela e Pinhal Novo, datas marcantes ligadas à luta da resistência da juventude pela defesa dos seus direitos e pela conquista da liberdade e da democracia.

As atividades decorreram durante todo o mês de Março, mês da Juventude, com um programa que integrou 70 atividades, desenvolvidas por 29 entidades associativas promotoras, em áreas como o desporto, música, ambiente, criação artística, oficinas, fóruns, debates, cinema teatro e animação, numa grande festa da juventude.

Reunida em Palmela, a 5 de abril de 2023, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** os jovens portugueses, bem como todos os estudantes e jovens do concelho, pelo empenho na

transformação da sociedade, contribuindo para uma comunidade mais coesa, produtiva e livre e um mundo mais justo e sustentável.

A Câmara Municipal de Palmela **delibera**, ainda, dar conhecimento da presente saudação a:

- Conselho Municipal de Juventude
- Associações Juvenis formais e informais do concelho de Palmela
- Associações de Estudantes das Escolas do concelho de Palmela.”

Sobre a saudação (28 de março – Dia Nacional da Juventude / 24 de março – Dia Nacional do Estudante / Março mês da Juventude) intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** informa que os eleitos do PS votarão a favor da saudação. Quanto ao Dia Nacional do Estudante, refere que muitos dos que estão presentes nesta reunião frequentaram, antes do 25 de Abril, e se lembram da crise de 1969 e do ato de coragem do então presidente da Associação Académica de Coimbra, Alberto Martins que discursou na presença do Ministro da Educação e do Presidente da República, à época, tendo sido preso (ele e outros estudantes), facto que originou manifestações de estudantes de Coimbra, que passaram para o Porto e Lisboa e que se estenderam a toda a capital. Considera que o Dia do Estudante também tem a ver com a crise de 1962, sendo estas duas crises fundamentais para se perceber a luta dos estudantes, que logo a seguir às crises ou foram presos ou enviados para as antigas colónias, para combaterem, ou tiveram que entrar em clandestinidade e saírem do país.

Quer, em nome dos eleitos do PS, deixar a nota de saudação, respeito e homenagem a todas e todos que nessa época e posteriormente, ajudaram a construir a democracia, que se construiu antes e depois das lutas. Evoca Churchill: “a democracia pode não ser o melhor dos sistemas, mas é o único em que posso concordar e discordar” e lamenta que ainda existam problemas para os jovens, nomeadamente o acesso à habitação (que é muito importante e maior gerador de dificuldade) e o desemprego que, apesar de estar abaixo dos 20%, o desemprego jovem deveria ser mais baixo e menos estruturante, com contratos de trabalho e rendimentos adequados às suas formações, pois pode-se ter a juventude mais bem formada de sempre, mas continua-se a ter emprego muito precário e muito mal pago.

Considera que existe um paradigma que tem que ser totalmente alterado a favor da juventude e do futuro.

O **Sr. Presidente** refere que estão inteiramente de acordo e que existe uma geração que abriu caminho à democracia, que é importante retomar dialeticamente o ciclo e manter a ousadia e esperança que a juventude, ao contrário do que dizem (que não quer saber “destas coisas”), saberá escolher os melhores caminhos para nos manter em democracia e aprofundar o que falta fazer neste processo. Tal como refere, o Sr. Vereador, não é perfeito, mas é o melhor sistema de todos.

Quanto ao desemprego jovem, refere que é um facto, mas, felizmente, constata que se regista uma quebra significativa dos dados de desemprego jovem, também no nosso concelho. Reflete que, de acordo com dados recentes, quer da Fundação Manuel dos Santos e da Pordata, divulgados numa rádio pública, cerca de 60% dos jovens estão empregados e mesmo, apesar de terem formação muito elevada, continuam a ter salários médios na ordem dos 800€. Realça que deve existir espaço para progredir e incentivos para as empresas, para as instituições públicas ou privadas que dão oportunidade de ingresso dos jovens e não apenas através de estágios renumerados e pagos. Apela para que o Governo reflita no que está a investir, numa formação de jovens que nunca estiveram tão bem preparados, com qualificações que permitem alavancar o processo de desenvolvimento e que estão a deixá-los fugir, seja na saúde, nas novas tecnologias ou nas áreas do audiovisual, para outros países e outras latitudes.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** assume que estão todos de acordo quando se diz que é um problema estruturante. Refere que um problema que é necessário olhar “com olhos de ver” e de resolver, mas que ultrapassa os governos, pois torna-se necessário ir à sociedade, aos empresários e aos que investem na economia. Considera importante pensar em todos aqueles que apostam na juventude, numa juventude com outra formação e um outro olhar sobre o mundo, e a forma como têm conseguido crescer, desenvolver-se e tornar-se competitivos, pois todos os outros ficam parados no tempo, no espaço e na sua produção. Mais refere que se deve pedir também aos parceiros sociais que olhem para os jovens como uma ferramenta de presente e de futuro, e não como um peso na máquina da empresa. Relembra um projeto que foi aprovado, de uma bolsa/vencimento mínimo de 1300€ para cada jovem e com benefícios para as empresas e para o jovem, situação que considera ser “adesivos numa ferida” que, se não for estancada, irá alargar. Acrescenta que se devem implementar medidas estruturantes para a juventude ficar e sentir que tem condições de se formar e alerta para os problemas demográficos existentes. Conclui que este problema também passa pelos jovens de hoje em constituir família, seja ela qual for, num sentido lato, pois precisam de segurança, de habitação, de um emprego e um rendimento, fatores que considera fundamentais e que deveriam unir todos por ser uma questão estruturante.

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta a seguinte saudação:

. **Saudação** (Catarina Lourenço).

“Catarina Lourenço, atleta do Quintajense Futebol Clube, sagrou-se Campeã Nacional de Meia Maratona, no escalão F40, no Campeonato Nacional de Veteranos de Meia Maratona – Meia Maratona de Braga, que se realizou no dia 2 de abril, em Braga.

Reunida em Palmela, a 5 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a atleta Catarina Lourenço pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira pessoal, desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Eu Participo Municípes - calendário – O **Sr. Presidente** começa por anunciar que o projeto “Eu participo Municípes” está de volta, com um calendário muito intenso, a partir de dia 12 de abril, em todas as freguesias: dia 12 em Palmela, dia 13 em Pinhal Novo, dia 14 em Águas de Moura, dia 17 em Quinta do Anjo, dia 18 em Poceirão. Informa que as reuniões deste ciclo de abril têm a particularidade de serem, ainda mais, descentralizadas, com exceção de Marateca/Águas de Moura, onde se manterão no Centro Comunitário de Águas de Moura. Mais informa que a primeira reunião, em Palmela, será na Sede da Associação de Moradores do Lau, a de Pinhal Novo será na Lagoa da Palha, na sede do Rancho Folclórico, a de Quinta do Anjo será nas Cabanas, no Grupo Popular e Recreativo Cabanense e a de Poceirão, em Lagameças, na sede do Rancho Folclórico.

Refere que este primeiro ciclo, como habitualmente, procurará fazer um ponto de situação relativamente às propostas vencedoras em anos anteriores, o seu estado de desenvolvimento e de aplicação. Explica novamente o processo, nomeadamente as formas de participação, que poderão ser: direta, nas reuniões ou através do preenchimento dos inquéritos, sendo que o modelo assenta e está suportado numa plataforma de informação e votação. Evoca que pretende-se continuar a estimular a participação ativa da população na definição das prioridades, no que diz respeito a investimentos e a ações a realizar, nas suas comunidades, pois trata-se de um processo dinâmico, que tem vindo a beneficiar de alguns “inputs” e aperfeiçoamentos. Reflete que, através de uma boa divulgação e com a descentralização, tem a expectativa de chegar a mais pessoas e àqueles que nunca tenham participado neste processo. Depois deste ciclo de sessões, informa que o calendário para 2023, tem a seguinte cronologia:

- de 1 a 31 de maio – período para apresentação de propostas;
- de 1 de junho a 31 de agosto – análise técnica e financeira das propostas (feita pelos serviços municipais);
- de 11 a 15 de setembro – segundo ciclo de sessões públicas, para apresentação das propostas selecionadas (de acordo com os critérios), para submissão a votação;
- de 11 de setembro a 15 de outubro – votação das propostas selecionadas;
- a 11 de dezembro – apresentação pública e divulgação das propostas vencedoras.

. **Balanço Governo + Próximo** – O **Sr. Presidente** dá nota a toda a vereação do trabalho realizado pelo município no âmbito da iniciativa “Governo + próximo” que esteve na pretérita semana na Península de Setúbal.

Refere que aproveitou para colocar um conjunto de dossiers que considera estratégicos à discussão e análise, tendo também efetuado convites para reuniões de trabalho e visitas aos locais, e destaca os principais assuntos:

- Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo – Foi efetuada pressão para que se concretize a assinatura do contrato de financiamento, pois a Câmara Municipal continua a aguardar, desde janeiro, a saída de um aviso para a candidatura a financiamento da construção da Unidade de Saúde.

- Variantes – Foram apresentadas propostas para trabalhar este assunto, sobretudo com visitas aos locais mais problemáticos, embora, na última diligência que o município fez junto do Sr. Secretário de Estado, tenham levado gravações em vídeo, por *drone*, da confusão no trânsito quer em Palmela/Volta da Pedra/Aires/Setúbal, quer na Nacional 252, no troço do interior do Pinhal Novo.

- Posto da GNR do Poceirão - Situação que, infelizmente, não foi considerada, mesmo com uma visita ao posto para que a tutela percebesse em que condições, pouco dignas, os militares da guarda continuam nessas instalações.

- Participação na cerimónia de inauguração da Central Solar Fotovoltaica de Pessegueiro, que a vereação acompanhou há um ano quando se lançou a primeira pedra. Informa que está em funcionamento desde dezembro e que, hoje, trata-se da central solar mais produtiva e com maior capacidade de resgate de carbono e de introdução de megawatts na rede e que permite abastecer 26 mil habitações/pessoas. Esteve presente o Sr. Ministro da tutela.

- Participação da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho no Ecoparque de Palmela, na Amarsul, na empreitada de concessão e construção ampliada da unidade de tratamento mecânico e biológico de Palmela, na qual teve a oportunidade de chamar a atenção da tutela, para a necessidade de se começar a pensar em outras soluções. Refere que o futuro não será prolongar aterros, que qualquer dia são mais altos que a Serra da Arrábida (embora seja dito que é da Moita, está no território de Palmela). Têm considerado, a pedido da tutela, uma parte da ampliação no Plano Diretor Municipal, mas acham que existem limites.

Nesta visita foi abordado também o aumento da tarifa de gestão de resíduos pois, se há alguns anos se pagava 24€/tonelada de deposição, neste momento estão em vias de pagar, 60 a 70 €/tonelada. Alerta para a má distribuição do poluidor/pagador, sobretudo quando os municípios são obrigados a incorporar na fatura da água os resíduos, aos munícipes, funcionando como cobradores da Agência Portuguesa do Ambiente, da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos). Refere que estas verbas deveriam ser reinvestidas em outros processos, dando como exemplo o

processo dos biorresíduos, que se congratula de apoiar esta medida do biológico no aterro, em que foi permitido dar início à obra. Mais refere que tem de existir outro apoio aos municípios, pois recolher separadamente biorresíduos – tal como já se começou a fazer no concelho, porta-a-porta num concelho com 465 quilómetros quadrados de dispersão, torna-se difícil fazer em todos os aglomerados, para além do custo incalculável. Informa que o apoio que existe para a implementação dos biorresíduos foi para tecnologias, software, algumas viaturas, numa percentagem muito insignificante. Acredita, por isso, que qualquer dia o lixo, tal como a água, passará a ser um negócio do século XXI e seguintes.

Mais informa que teve a oportunidade de, em nome de todos os municípios, alertar para a necessidade de se encontrar outras soluções de tratamento, ambientalmente sustentável, pois o ambiente tem um custo, que não pode ser suportado pelos cidadãos, crendo, por isso, que existem outras possibilidades de se apoiarem estes investimentos.

- Informa ainda que estiveram também, na Biblioteca de Palmela, a receber uma iniciativa do Governo e da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável para a apresentação do Relatório Nacional de Voluntariado no âmbito da ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Nesta iniciativa, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha teve a oportunidade de falar sobre a experiência do município, que é um dos 18 que integra a experiência da Universidade Católica que monitoriza o índice de sustentabilidade municipal, e a forma como está a “abraçar” os 17 objetivos, até 2030. Considera, pela troca de experiências, que foi uma sessão muito bem conseguida.

- Transmite que acompanhou o Sr. Ministro da Saúde no lançamento da primeira pedra da obra de construção e ampliação do Centro Hospitalar de Setúbal. Congratula-se com esta obra, há muito desejada. No entanto considera ser de extrema importância o reforço de pessoal para a para gestão, conservação, limpeza, animação.

- Mais transmite a participação numa visita à Queijaria São Tiago, com a Sra. Ministra da Agricultura e à Casa Ermelinda Freitas, onde tiveram uma reunião com representantes do setor – que contou também com a presença do Sr. Secretário de Estado, do Diretor da Direção Regional de Agricultura e Pescas, entre outros – que permitiu debater questões muito caras ao território de Palmela, como a regularização do setor, a manutenção de pastagens, a necessidade de maior produção de leite, em particular de ovelha e de cabra, destacando a existência de unidades, como o caso da Queijaria São Tiago, que não opera apenas no concelho de Palmela, mas também na margem norte de Lisboa e em Portalegre, sendo um dos maiores exportadores e produtores de queijo de cabra e que está a importar o leite de Espanha. Partilha que a Sra. Ministra da Agricultura foi sensível às questões colocadas, tendo falado em alguns pacotes e incentivos.

- Quanto à vitivinicultura, dá nota da preocupação do setor e dos agentes. Refere que no âmbito da representação do município na Rede Europeia das Cidades do Vinho, onde em Bruxelas já se debateu a questão e antecipando o problema e também na Associação de Municípios Portugueses

do Vinho, têm estado a braços com algumas investidas, primeiro do norte da Europa e ultimamente da Irlanda, quanto à intenção (perniciosa e maliciosa) de passar a etiquetar/rotular o vinho com informação, que não visa apenas dar informação nutricional, mas, sobretudo, estigmatizar com os perigos para a saúde. Considera que não faz sentido, na medida em que o vinho faz parte da dieta mediterrânica, devendo existir a preocupação – como sempre a Europa se preocupou e bem com programas e campanhas europeias como o “Wine Moderation” – para consumo moderado. Acrescenta que esta situação tem um impacto muito significativo na produção, no consumidor (que pode recuar relativamente a estas matérias) e impactos sociais e económicos nos territórios vinhateiros. Paralelamente a esta situação, considera que qualquer dia querem taxar o vinho, como se fosse uma bebida espirituosa.

Manifesta a sua satisfação com algumas medidas para o setor, principalmente no que diz respeito à promessa de mais apoios à promoção da vinha e, sobretudo, para o biológico, que é uma área que necessita de alguma discriminação positiva pois Palmela também se posiciona na lógica da agricultura biológica (lembra que o programa nacional foi apresentado em Poceirão há poucos meses). Considera que não deverá ser apenas o biológico, mas também as discriminações positivas no que respeita às práticas ambientalmente sustentáveis, como o sistema de rega, o sistema de reaproveitamento dos resíduos da vinha, entre outros, que, apesar de serem muito interessantes, tem um investimento e um custo muito pesado para os vitivinicultores, pelo que para os incentivar a prosseguir este caminho, mais defensor do ambiente, são necessários alguns apoios acrescidos.

Partilha que foram reuniões muito produtivas, porque sentiram da parte da Sra. Ministra abertura para as preocupações dos agentes económicos destes setores do nosso território.

- Informa que a Câmara Municipal, através do Sr. Vereador Luis Miguel Calha, acompanhou a visita ao projeto “Viveiro de Emprego Regenerador”, da Biovila, uma empresa que o município procurou acarinhar e integrar no coração da Serra da Arrábida, ligada à sustentabilidade, ao ambiente e que o Governo também considerou ser diferenciador que, recentemente, foi distinguida como Ecoempresa.

Refere que, num encontro mais descontraído, existiu a oportunidade de falar sobre todos os outros dossiers, pois não existiu tempo para uma reunião, tendo posteriormente contatos com os Gabinetes dos Senhores Ministros para a marcação de reuniões com o objetivo de debater essas matérias.

Conclui, referindo que o diálogo é sempre muito importante, pois permite vincar as posições e reivindicações do território, de uma forma correta, propositiva e construtiva, mantendo, por isso, a expectativa de obter respostas positivas por parte da tutela.

. 32 fogos para habitação com projeto de execução em concurso – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho depois de cumprimentar os presentes dá nota que foi lançado concurso para projeto de execução de 32 fogos para habitação a custos controlados, a construir em Aires.

Informa que o procedimento tem um preço base que, acrescido de IVA, ascende a 350.099,82€ e tramita através do acordo quadro celebrado pela Área Metropolitana de Lisboa para o efeito.

Descreve que os 32 lotes serão distribuídos por 4 edifícios a construir em 4 lotes municipais situados entre as ruas Manuel Machado de Oliveira e Agostinho Pereira, em Aires, numa área de 780m².

Refere que pretende-se que os projetos assegurem eficiência energética e sustentabilidade geral na construção, soluções de rápida implementação e fácil manutenção e a interligação com o espaço envolvente.

Acrescenta que já se encontram em execução outros projetos para construção nova e, em preparação, outros concursos, quer para construção, quer para reabilitação de imóveis, no âmbito da Estratégia Local de Habitação.

. Projeto para recuperação da Torre de Menagem e corpos contíguos adjudica – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que o projeto para recuperação da Torre de Menagem e corpos contíguos foi adjudicado por 24 477,00€, com um prazo de execução de 90 dias. Informa que o estudo irá permitir conhecer melhor as tipologias geotécnicas, estruturais/construtivas e projetar a reabilitação, para estabilização estrutural da Torre de Menagem e corpos contíguos no Castelo de Palmela.

. Adjudicadas obras de urbanização no loteamento da Expofirme – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que foram adjudicadas, por 143 683,04€, as obras de urbanização que se encontram ainda em falta no chamado loteamento Expofirme, na zona do Outeiro, em Palmela. Refere que a empreitada irá completar obras deixadas inacabadas pelo promotor, em pavimentos, equipamento, mobiliário e espaços verdes, tendo o município anteriormente realizado obras na rede de água e esgotos.

Conclui que a obra irá melhorar a acessibilidade, oferecer um novo equipamento de jogo e recreio, equipamentos de ginásio ao ar livre e os espaços verdes também serão melhorados, com a instalação de espécies bem-adaptadas, que contribuem para o conforto térmico, a qualidade do ar e o enquadramento paisagístico.

. Obra na Escola de Brejos do Assa - Adjudicação – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que foi adjudicada a obra de beneficiação na Escola de Algeruz/ Brejos do Assa, por 81 832,00€.

Informa que a empreitada vai promover o reforço da estrutura de cobertura num telheiro e no espaço de refeitório

. Muro na Avenida dos Cavaleiros de Santiago e Espada vai ser recuperado – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que está a decorrer o procedimento de contratação para o projeto de recuperação do muro da Avenida dos Cavaleiros da Ordem de Santiago e Espada, em Palmela, com um preço base de 19 065,00€. Informa que procedimento surge depois de terem sido realizadas sondagens e estudos geotécnicos, dada a sensibilidade do local.

Conclui referindo que o novo muro terá de garantir a contenção de terras, mas também a qualificação do local, contribuindo para um melhor usufruto da paisagem e para a proteção e valorização dos vestígios arqueológicos existentes.

. Projeto de muro de contenção na Rua Manuel Cândido Diogo, em Cabanas – Em execução – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que foi adjudicado o projeto de execução para um muro de contenção a construir na Rua Manuel Cândido Diogo em Cabanas, por 9 840,00€.

Refere que esta obra tem como objetivo garantir a estabilização do talude numa extensão de cerca de 50 metros e a circulação em segurança, numa rua que vem sofrendo com a erosão dos terrenos adjacentes.

Conclui, referindo que o projeto de estruturas irá atender aos condicionalismos existentes, nomeadamente à manutenção e salvaguarda das infraestruturas e arruamento urbano e incluir a solução de drenagem de águas pluviais.

. Taça de Honra do Concelho de Palmela 2023 – A Sra. Vereadora Maria João Camolas depois de cumprimentar os presentes refere que após um interregno de cerca de 30 anos, o Município, em colaboração com o movimento associativo desportivo do Concelho e com o apoio da Palmela Desporto, EM e da Associação de Futebol de Setúbal, retoma a organização da Taça de Honra do Concelho de Palmela, torneio de futebol dirigido às equipas seniores do Concelho participantes nos Campeonatos da 1.ª e 2.ª Divisões Distritais.

Informa que o calendário competitivo decorre nos dias 8 e 25 de abril e 3 de junho, contando com a participação das equipas do Botafogo Futebol Clube, Clube Desportivo Pinhalnovense,

Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura, Grupo Desportivo de Lagameças e Palmelense Futebol Clube, estando a arbitragem a cargo do Núcleo de Árbitros de Futebol de Pinhal Novo.

Mais informa que os jogos realizam-se no Campo Leonel Martins, em Quinta do Anjo, propriedade do Quintajense Futebol Clube e no Campo Municipal de Jogos de Palmela.

Termina, referindo que esta Taça de Honra tem como objetivo ser uma festa do desporto em geral e do futebol em particular, participada por adeptos de todos os clubes e um momento de comunhão, de respeito pelo *fairplay* e de exaltação do associativismo do concelho.

. Instalação de Bebedouros em Espaços públicos (incluindo para caniños) – Conclusão da 1.ª fase – O Sr. Vereador Pedro Taleço depois de cumprimentar os presentes dá nota que foi concluída a primeira fase da instalação de bebedouros, em Pinhal Novo, em Palmela e Quinta do Anjo, em espaços públicos, equipados também para caniños.

. Plantações de árvores – O Sr. Vereador Pedro Taleço refere que estão a encerrar o período de plantação de árvores, informando que, no presente ano, foram plantadas cerca de 483 árvores novas, para além de um milhar e meio de árvores que sofrerem pequenas intervenções de podas. Mais informa que, no registo que possui, desde 2018, este é o ano em que foram plantadas mais árvores, devendo ser dada continuação a este esforço em termos de plantação, uma vez que estes ecossistemas só estarão completos entre 15/20 anos, sendo também uma aposta de sustentabilidade para as gerações futuras e que ficam no espaço público.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa, Raul Cristóvão e Roberto Cortegano:

. Declaração política sobre o tema "A SECIL pretende alargar a área de exploração das pedreiras na serra da Arrábida" – O Sr. Vereador Carlos de Sousa apresenta a seguinte declaração política que se transcreve na totalidade:

"A SECIL pretende alargar a área de exploração das pedreiras na Serra da Arrábida. O projeto "Novo Plano da Pedreira" prevê a fusão de duas pedreiras — a de Vale de Mós A e a de Vale de Mós B —, e a exploração a uma menor profundidade. Caso este objetivo se concretize, a empresa passaria a ter reservas próprias de calcário que, atualmente, tem de ir buscar a Sesimbra para fornecer a fábrica do Outão.

O plano prevê a ampliação da área em mais 18,5 hectares, para garantir reservas próprias para a nova linha de produção de cimento. A empresa garante que o projeto é "mais sustentável do que o atual, com menos impactos na paisagem e no ambiente".

Ficamos surpreendidos com esta iniciativa pelo facto de o estudo de impacto ambiental relativamente ao projeto da Secil estar em consulta pública, porque consideramos ser algo "impossível" por lei. A legislação do Parque Natural da Arrábida é muito clara ao impedir a expansão da área de pedreiras.

Em 1992 a Administração da Secil prometeu que a atividade da Cimenteira do Outão terminaria em 2010, com o fim definitivo da exploração das atuais pedreiras.

Interessa lembrar que em 2014 a importante candidatura da Serra da Arrábida a Património Mundial e Cultural da Unesco é reprovada, sobretudo por causa das atividades da exploração cimenteira em pleno Parque Natural da Arrábida.

Também interessa lembrar que em 2021 a Secil consegue obter a sua "última" Licença Ambiental, passada pela Agência Portuguesa do Ambiente, com prazo de validade até 2024.

Em 2021, a SECIL (graças à autorização de um "gabinete administrativo central" ultrapassando mesmo as opiniões das Autarquias locais) consegue obter o Estatuto PIN (Projeto de Interesse Nacional) que lhe permitiu "agilizar processos", nomeadamente sem o necessário Estudo de Impacto Ambiental, assim não sujeito a Consulta Pública, e inicia a construção de uma nova fábrica de produção de cimento no Outão, a que designa "CCL" (Clean Cement Line) com previsão de conclusão a 31.8.2023. E declara ainda que "pretende prolongar a sua actividade cimenteira no Outão, por mais, pelo menos, 50 anos".

Pelo exposto, o MCCP, Movimento de Cidadãos pelo Concelho de Palmela" declara a sua total oposição e reivindica a anulação deste novo projeto da nova fábrica e da ampliação de 18,5 ha da atual pedreira da SECIL - Outão."

Conclui, informando que participaram na consulta pública, onde plasmaram a posição do MCCP.

. Pedreiras na serra da Arrábida – O Sr. Vereador Raul Cristóvão começa por afirmar que não quer deixar passar a nota que o Sr. Vereador Carlos de Sousa trouxe à reunião, pois lembra-se de ser jovem e de estar preocupado com a questão da SECIL e do corte das pedreiras na Arrábida. Refere a evolução que existiu desde o corte em profundidade ao corte em "escadinhas" e o limite do corte, sempre na esperança que a SECIL seria um projeto que não entraria no Século XXI, situação que não se verificou. Evoca que está previsto até ao ano de 2024, mas pensa que não irá parar por aqui, apesar de uma informação, que é publica e saiu na comunicação social, que refere que a empresa já recebeu um comunicado que o projeto não está de acordo com o plano e não irá ser objeto de aprovação do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) e da tutela, situação que resultou de uma resposta a um deputado do Bloco de Esquerda, sobre este assunto.

. Estrada da Cobra continua intransitável – O Sr. Vereador Raul Cristóvão questiona, se continuando (e bem) as vertentes das encostas voltadas à Estrada da Cobra fechadas, estará previsto algum plano de intervenção pois, apesar de tudo, esta é uma estrada importante de ser segura, pois é utilizada por “BTT’s”, pessoas a pé e por alguns automóveis, para fugir ao trânsito (embora, não seja essa a sua principal função). Concorda com o facto de ter sido cortada por uma questão de segurança e questiona se existindo um plano de intervenção, para quando a sua execução e a reabertura da estrada em condições de segurança.

. Projetos por fazer para o concelho de Palmela – O Sr. Vereador Roberto Cortegano começa por demonstrar a preocupação pelas informações que o Sr. Presidente deu à cerca da presença do Governo no distrito de Setúbal, com a iniciativa “Governo + próximo”.

Lamenta o facto de não terem sido feitas promessas para o Concelho de Palmela, principalmente para os projetos que já são devidos há tantos anos, tais como a Variante às EN 252 e EN 359, ao Posto da GNR de Poceirão ou sobre o Centro de Saúde de Quinta do Anjo.

Considera preocupante pois, se já ninguém acredita nas promessas que o Governo trouxe para o distrito, como o Corredor Verde de Almada a Alcochete, as duas pontes sobre o Tejo, o Cais Fluvial na Moita, a situação piora quando não prometem o que está planeado há tanto tempo para o concelho de Palmela.

. Estacionamento no Pinhal Novo – O Sr. Vereador Roberto Cortegano manifesta a sua preocupação quanto ao estacionamento no Pinhal Novo. Refere os constrangimentos provocados pelo aumento do tráfego e pelo o acesso de pessoas, mesmo de outros concelhos, à Estação do Pinhal Novo. Acrescenta que o Pinhal Novo, principalmente do lado Norte, está totalmente encurralado e o estacionamento no Mercado Municipal encontra-se com alguns lugares reservados nos quais não se pode estacionar por mais de uma hora. Questiona, por isso, se existe alguma novidade quanto à questão do estacionamento do Pinhal Novo e se há alguma previsão para a apresentação da revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela. Considera ser uma questão estrutural, que cresce há alguns anos e o preocupa, ainda mais pela questão dos lugares reservados (não se poder estacionar mais de uma hora) e apela para que não se caminhe para o estacionamento pago ou tarifado.

. Espaço de restauração junto ao Retiro Azul – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que este espaço já merecia uma requalificação e organização da antiga zona da bomba de combustível. Tratando-se de uma zona comercial, com restauração, uma recente loja de tintas, considera que o mesmo já merecia uma reestruturação.

. **Avultado volume de trânsito para acesso à estação ferroviária (em Aires junto à Escola do 1.º ciclo)** – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que, por estar junto a uma escola, forma-se um grande congestionamento de trânsito durante todo o dia. Tratando-se da rua que dá acesso à Estação da CP, e com os comboios de 30 em 30 minutos, torna-se fácil perder o comboio. Questiona sobre a possibilidade de existir uma solução alternativa nessa rua para acesso à Estação Ferroviária da CP.

. **Antigo edifício da Rádio PAL – Existe algum projeto?** – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** questiona se existe alguma novidade quanto à reabilitação do edifício antigo da Rádio Pal, no São João, cuja obra foi anunciada há alguns anos e o seu investimento de 123 mil euros foi anunciado no ano 2019.

. **Posto de carregamento de veículos elétrico no estacionamento na Quinta do Anjo (Rua Padre Manuel Caetano)** – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que este projeto apontava, na altura, para um posto de carregamento de veículos elétricos e julga que o mesmo ainda não exista.

Respostas às questões colocadas pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa, Raul Cristóvão e Roberto Cortegano

_ A SECIL pretende alargar a área de exploração das pedreiras na serra da Arrábida / Pedreiras na serra da Arrábida – O **Sr. Presidente** começa por responder ao Sr. Vereador Carlos de Sousa informando que se associam à posição referente à SECIL. Dá nota que, na altura, quando surgiu a tomada de posição de Setúbal e quando o assunto voltou à discussão, o executivo esteve para trazer uma posição. Sob o ponto de vista partidário, refere que é do conhecimento de todos o que foi feito, sendo dada primazia aos parceiros de coligação “Os Verdes”.

Passa a palavra à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho para prestar esclarecimento das seguintes questões.

_ Declaração política sobre o tema “A SECIL pretende alargar a área de exploração das pedreiras na serra da Arrábida” – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** começa por esclarecer que enquanto membro da coligação, pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, revê-se totalmente na mesma. Dá nota que o seu partido tomou posição pública durante o período de discussão, no sentido de ser contra, tendo emitido parecer desfavorável à pretensão de ampliação. Lembra, que se existem portas que o 25 de Abril abriu esta foi uma: a da classificação do Parque da Arrábida, pelos valores e interesses a defender como de interesse e de reserva natural, pelos

valores que encerra em si, não só de património natural, como de fauna e flora. Considera que esta ampliação, tal como os estudos referem, amplamente negativa, vem agravar os impactos na vida no ponto de vista do ecossistema quebrado pela pedreira e pelo impacto visual que nos dias de hoje é mais do que notório, quer seja de Setúbal, quer seja de Troia.

Pela posição do Partido Ecologista “Os Verdes” e como membro do partido acompanha a declaração que o MCCP coloca.

_ Posto de carregamento de veículos elétricos no estacionamento na Quinta do Anjo (Rua Padre Manuel Caetano) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** reitera o que já foi divulgado, pois o projeto não prevê nenhum posto de carregamento nesse parque. Informa que está previsto um posto de carregamento de veículos elétricos junto ao Mercado Municipal de Quinta do Anjo e que o Caderno de Encargos está a ser analisado, no seu ponto de vista jurídico, estando para breve a abertura do concurso.

_Antigo edifício da Rádio PAL – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que o projeto está aprovado pela Direção Geral do Património, sendo a intervenção na ordem dos 600 mil euros. Acrescenta que esta é uma questão de priorização.

O **Sr. Presidente** realça que procurarão trazer na próxima revisão ao Orçamento, na qual o Sr. Vereador, certamente votará contra.

Relativamente aos esclarecimentos prestados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, o **Sr. Presidente** permite-se acrescentar o seguinte:

_Estacionamento no Pinhal Novo – O **Sr. Presidente** refere que todas as centralidades e, sobretudo, as que acabam por ter no “seu coração” os interfaces e intermodais de transportes, são muito pressionadas. Clarifica que tudo o que foi construído em Pinhal Novo, foi de acordo com o Plano Diretor Municipal e com as regras e os lugares de estacionamento previstos para cada fogo e de acordo com os normativos a cada época.

Esclarece que, nos últimos anos e no atual Plano Diretor (não necessitam de estar à espera da revisão), já existem indicadores acima da média, ou seja, não é um lugar/um lugar e meio por fogo e quando existe comércio e serviços, passa para 3 a 4 lugares. Evidencia que aquilo que a Câmara Municipal (e não a REFER) construiu no coração do Pinhal Novo, foi um estacionamento de apoio ao Caminho de Ferro, mas destinado aos pinhalnovenses, e o que se construiu em torno do complexo de serviços foi para quem pretende aceder ao mesmo – mercado; loja do cidadão,

entre outros. Refere que os conceitos de mobilidade que todos defendem hoje, é de redução de transporte individual a favor do transporte coletivo e que, naturalmente, quando se fala de intermodalidade dos transportes, pertence-se que o cidadão, em vez de trazer a sua viatura, faça uso dos transportes públicos, sendo esse o objetivo do circuito urbano. Considera que esta questão não se resolve com medidas no PDM (Plano Diretor Municipal) e alerta que, na revisão do PDM, consta o máximo de lugares de estacionamento a criar que as portarias preveem. Esclarece que não podem prescindir de mais espaços verdes para a construção de estacionamento, pois tem que haver esse equilíbrio. No entanto, informa que nas atuais obras de requalificação do Largo José Maria dos Santos e através da questão da intermodalidade, irão ser construídos mais cerca de 10 lugares de estacionamento e, quando existir uma rotunda no triângulo do Pinheirinhos, não poderão fazer mais estacionamentos nessa envolvente por uma questão de segurança – entradas/saídas – da via que dá acesso à Estação.

Quanto a estacionamento tarifado, esclarece que não irão seguir a tendência da generalidade dos municípios da área política do PSD.

Adianta que não existem milagres, existem soluções de planeamento que têm evoluído e sido bem tomadas. Lembra que, em 1977, quando se construíram as primeiras urbanizações, as regras eram outras e não existiam tantos carros, sendo que hoje verifica-se que uma família tem, em média, três carros. Informa que, hoje em dia, os pedidos são para que se coloquem mais pinos em cima de passeios e que exista menos estacionamento debaixo de varandas.

Comunica que acabaram de construir um novo parque em Pinhal Novo e que existem três na lógica da intermodalidade: a sul da Estação (que a REFER não fez), no Largo da Mitra (parque de estacionamento e zona multifuncional que permite ocupação com eventos) e na Rua João de Deus.

Acrescenta que os próximos terrenos que forem adquiridos em Pinhal Novo, e recentemente foi adquirido um junto à Ribeira da Salgueirinha, perto de um supermercado nessa estrada, será essencialmente para parque verde urbano, podendo ainda servir para estacionamento do mercado mensal.

Quanto à questão do carro, apela que se altere o paradigma e se deixe de levar o carro para a porta da Estação, não vendo outra solução.

Considera que a rua deve ser das pessoas, para se colocar esplanadas, para as crianças andarem de triciclo/bicicleta, para andar a pé, sendo esse objetivo, e que não deseja transformar as localidades em parques de estacionamento, pois são necessárias mais zonas de descompressão, pracetas, espaços de lazer, árvores, ilhas e sombras, ficando o carro a ter que passar a ficar noutra sítio.

Reforça que não vê outra solução e que o Plano Diretor Municipal não pode resolver com mais regras do que aquelas que já são conhecidas.

_ Espaço de restauração junto ao Retiro Azul – O **Sr. Presidente** volta a esclarecer que esta matéria está devidamente tratada. Informa que existe projeto e que o mesmo já foi submetido às Infraestruturas de Portugal, tendo sido chumbado, por uma entrada/saída que existe.

Mais informa que ainda não conseguiu demover as Infraestruturas de Portugal do seu parecer técnico que considera um pouco obsoleto.

Refere que o projeto consta no plano de investimento, que existe uma rubrica para o desenvolvimento de um projeto para toda a Avenida 25 de Abril, que inclui o tratamento do terminal, do espaço verde e da própria via. Mais refere a solução para o projeto avançar será aquando da possibilidade da desclassificação da Estrada Nacional, pois a estrada, nesse troço, ou é entregue ao Município, ou estão submetidos às regras das Infraestruturas de Portugal, que não contribuem em nada para a qualificação do espaço e do desenvolvimento do território.

O Governo quer descentralizar, já colocou esta questão no pacote de descentralização, mas está tão “bem-feita” que nem as entidades da Administração Central conseguem entender-se.

Lembra que, para a desclassificação da Estrada Regional, 5 em Águas de Moura, a Câmara Municipal aprovou, há dois anos, um protocolo para ficar com esse troço, e que o IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres) encontra-se para aprovar, desde essa altura, o protocolo, assinado e aprovado entre a Infraestruturas de Portugal e a Câmara Municipal de Palmela. Lamenta que a própria Infraestruturas de Portugal, neste momento, também não quer desnacionalizar o troço, pois pretende um acordo de gestão, que passa os encargos sem dar o poder de projetar nas imediações do Espaço Canal Ferroviário.

Manifesta que, nesta matéria, tem um elevado desejo na sua resolução e que pretende deixar o assunto concluído no presente mandato, pois já vem do mandato anterior.

Conclui que pretende candidatar a obra no âmbito da Regeneração Urbana a fundos que existem no [Agenda] 2030, embora estejam a dar primazia aos arruamentos do Centro Histórico, e alerta que sem o projeto aprovado e sem a Infraestruturas de Portugal deixar de constituir um obstáculo à requalificação, apenas se pode ir procedendo à limpeza do espaço que, com merecida requalificação, dará uma outra dignidade a mais esta entrada principal de Palmela.

_ Estrada da Cobra continua intransitável – O **Sr. Presidente** informa que o acesso continua condicionado porque não quer assumir o risco de ser seguro, pois a Proteção Civil continua a apontar a existência de riscos. Lembra que tiveram aprovado um plano de recuperação para a zona ardida que, infelizmente, nesse particular não é generoso e que, ainda assim, encomendaram à Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Público que desenvolvesse um estudo sobre a contenção da zona de encosta, para se conhecer a sua perigosidade e as soluções técnicas. Informa que a Câmara Municipal não irá intervir em propriedade privada, porque o que

se desmorona está situado em propriedade privada (embora atinja uma via pública), tal como já chegaram a fazer nas encostas do Castelo que, sendo propriedade do Estado Português, foi o município que se candidatou e fez uma obra de contenção no valor de 2.900.000 €.

Comunica que se trata de um trabalho que está no plano da Rede Viária e a monitorização continua a ser feita mensalmente, esperando colocar em breve uma empresa da especialidade a fazer o estudo que dirá qual o caminho, devendo depois ser analisado quem assumirá o investimento.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela e S. Filipe (Ilha do Fogo, Cabo Verde) e a ADREPAL, Lda..

PROPOSTA N.º GAP 01_09-23:

«O Plano Estratégico de Cooperação para o Desenvolvimento do Município de Palmela assume como objetivo “promover a capacitação de grupos profissionais específicos através de ações de formação” (ODS 1; ODS 5; ODS 9; ODS 10; ODS 12) nos territórios alvo de ações de cooperação, como é o caso do Município de São Filipe – Ilha do Fogo, em Cabo Verde, com quem Palmela mantém, desde 1996, um Acordo de Geminação, Cooperação e Amizade.

Por sua vez, a ADREPAL, Lda., promove iniciativas de cooperação local, regional, nacional e transnacional, que abrangem, entre diversas áreas, a formação na arte da cerâmica, azulejaria e pintura.

Considerando que:

- O Município de Palmela, o Município de S. Filipe e a ADREPAL, Lda., se encontram igualmente comprometidos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030;
- O Município de São Filipe, pelas suas características, tem um enorme potencial ao nível do turismo e do marketing territorial e pretende promover ações orientadas para a criação de emprego que passem pela valorização e promoção da cultura e do património local.

Propõe-se, de acordo com a alínea aaa) do n.º 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de um Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela, S. Filipe (Ilha do Fogo, Cabo Verde) e ADREPAL, Lda., cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.

O protocolo tem a duração de dois anos, podendo ser renovado automaticamente por períodos sucessivos, por mútuo acordo entre as partes.»

O **Sr. Presidente** refere que, na prática, o que se propõe é que o município de Palmela apoie o município de S. Filipe, com a ADREPAL, através de ações de formação. Informa que competirá à ADREPAL programar e calendarizar, em articulação com os restantes signatários, as ações de formação e capacitação a realizar em S. Filipe nos anos de 2023/24, garantir a disponibilidade do formador e do gestor de formação, se necessário, para apoio à realização das mesmas. Mais informa que município de Palmela irá pagar as despesas de deslocação de uma equipa composta por um a dois elementos da ADREPAL e fornecer equipamentos necessários para a realização das ações de formação. Apresenta como exemplos o facto de estar a caminho, num navio da armada portuguesa, sem custos, um forno para o efeito, adquirido pelo município e que têm sido enviados alguns objetos de cerâmica que serão tratados e cozidos durante as ações de formação.

Conclui, referindo que as ações de formação têm um número de horas, são acreditadas e compete ao município de S. Filipe o acolhimento das pessoas.

Sobre a proposta de Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela e S. Filipe (Ilha do Fogo, Cabo Verde) e a ADREPAL, Lda., numerada GAP 01_09-23, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** manifesta a sua satisfação com o presente protocolo de cooperação, também pela sua relação emocional, pelo facto de ter sido quem assinou, em nome da Câmara Municipal de Palmela, no ano de 1996, o protocolo de Geminação.

Coloca uma dúvida quanto à cláusula 4 do protocolo referente às responsabilidades da ADREPAL, citando o ponto 2 "Garantir a disponibilidade do/a formadores, gestor de formação se necessário", não entendendo o "necessário", pois se são ações de formação será sempre necessário um formador.

Em resposta ao Sr. Vereador Carlos de Sousa, o **Sr. Presidente** esclarece que será o Gestor de formação que poderá ser necessário, pois existem duas figuras: o formador que será a ADREPAL e são conhecidas as duas pessoas capacitadas para o efeito. Informa que pretende-se perceber se irão duas ou três pessoas, situação que será articulada com as entidades - o semelhante ao IEF - em Cabo Verde.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Representação Institucional - Atualização.

PROPOSTA N.º GAP 02_09-23:

«O Conselho Geral é o órgão de direção estratégica do Agrupamento de Escolas, responsável pela definição das linhas orientadoras da sua atividade, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4, do artigo 48.º, da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Nos termos do disposto no nº 2, do art.º 12º, conjugado com o nº 3, do art. 14º, do Decreto Lei nº 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, a Câmara Municipal de Palmela deve indicar os seus representantes nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Secundárias.

Em deliberação de Câmara de 03 de novembro de 2021, foram designados os vários representantes do município nos Conselhos Gerais, entre os quais técnicos superiores da Divisão de Educação.

No entanto, por ausência do serviço de dois elementos anteriormente designados, torna-se agora necessário proceder à sua substituição.

A isto acresce o facto de, no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Saramago, em sede de revisão do respetivo regimento e considerando a possibilidade legal existente, ter sido proposto, por vários elementos, a integração da União de Freguesias Poceirão/Marateca naquele conselho geral.

Assim, nos termos do disposto no nº 4, do art.º 14º, do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, na redação vigente, **propõe-se:**

1. Delegar, na União de Freguesias Poceirão/Marateca, um dos três lugares de representação do município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Saramago;
2. Designar os representantes nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Secundárias, a seguir indicados:

Agrupamento de Escolas José Saramago

- Efetivos: Dra. Helena Isabel de Oliveira Carvalho Carrilho Guedes e Dr. José Manuel Beira Ratinho, técnica/o superiores da Divisão de Educação.
- Suplentes: Dra. Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares, Chefe da Divisão de Educação e Dra. Catarina Viegas Gil, técnica superior da Divisão de Educação.

Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos

- Efetivos: Dra. Idalina Manuela Tavares Polido e Dra. Ana Cristina Aleixo Carreira Agostinho, técnicas superiores da Divisão de Educação.

- Suplentes: Dra. Tânia Sofia Marques Correia e Dra. Helena Isabel de Oliveira Carvalho Carrilho Guedes, técnicas superiores da Divisão de Educação.

Agrupamento de Escolas de Palmela

- Efetivos: Dra. Fernanda Maria Pereira Rôlo, Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social e Dra. Catarina Viegas Gil, técnica superior da Divisão de Educação.
- Suplentes: Dra. Idalina Manuela Tavares Polido e Dr. José Manuel Beira Ratinho, técnico/a superiores da Divisão de Educação.

Escola Secundária de Palmela

- Efetivos: Sra. Vereadora Maria João Camolas e Dra. Tânia Sofia Marques Correia, técnica superior da Divisão de Educação.
- Suplentes: Dra. Fernanda Maria Pereira Rôlo, Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social e Dra. Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares, Chefe da Divisão de Educação.

Escola Secundária de Pinhal Novo

- Efetivos: Sra. Vereadora Maria João Camolas.
- Suplentes: Dra. Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares, Chefe da Divisão de Educação e Dra. Ana Cristina Aleixo Carreira Agostinho, técnica superior da Divisão de Educação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Designação de Encarregado de Proteção de Dados - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 03_09-23:

«Nos termos conjugados do art.º 37º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE) [2016/679](#) do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e art.º 12º da Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, que assegura a execução nacional do RGPD, as entidades públicas, nelas se incluindo os municípios, devem designar um Encarregado de Proteção de Dados (EPD), “com base nas suas qualidades profissionais e, em especial, nos seus conhecimentos especializados no domínio do direito e das práticas de proteção de dados”.

A referida lei, no citado art.º 12º, veio esclarecer que essa competência pertence à Câmara Municipal, com faculdade de delegação no Presidente e subdelegação nalgum dos Vereadores.

Uma vez que terminou a vigência do contrato de prestação de serviços com o anterior EPD, e considerando que o processo de conformidade com o RGPD se encontra em avaliação, nomeadamente quanto ao modelo de assessoria que melhor servirá as necessidades do

Município, designadamente quanto à metodologia e aos meios a alocar para poder progredir, com eficácia, não foi possível em tempo útil propor à Câmara Municipal a deliberação atempada sobre a pessoa a designar como Encarregado/a de Proteção de Dados.

Tendo em conta que o Município necessita de designar um Encarregado de Proteção de Dados que possa prestar apoio técnico especializado dando resposta às questões técnicas, emitindo as correspondentes recomendações, a partir do dia 1 de abril de 2023, e de realizar a sua comunicação à Comissão Nacional de Proteção de Dados de imediato, foi produzido despacho nº 009/2023 (que se anexa) de designação da Dra. Cristina Isabel Craveiro Vicente de Sena Ferreira, como Encarregada de Proteção de Dados do Município, suportado na disposição do nº 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual **se submete** a ratificação da Câmara Municipal.

Acresce informar que a Dra. Cristina Isabel Craveiro Vicente de Sena Ferreira, integra o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Palmela, é jurista, possui formação na área do RGPD e integrou o grupo de trabalho criado em 2018 para a implementação deste regime jurídico, função que cessou após a sua designação com Dirigente do Gabinete de Fiscalização Municipal.

A presente designação tem um carácter transitório e vigora durante, previsivelmente, seis meses ou até que esteja concluído o trabalho de avaliação em curso, e a designação de um/a substituto/a.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Designação de Responsável pelo Acesso à Informação do Município de Palmela - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 04_09-23:

«O artigo 9º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA), estabelece a obrigação de designação de Responsável pelo Acesso à Informação para os órgãos referidos no nº 1 do artigo 4º da mesma lei, no qual se inclui na al. e) os órgãos das autarquias locais.

O Responsável pelo Acesso à Informação (RAI) tem por funções, nomeadamente, organizar e promover as obrigações de divulgação ativa de informação, acompanhar a tramitação dos pedidos de acesso e reutilização de informação e estabelecer a articulação necessária ao exercício das competências da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA).

Uma vez que terminou a vigência do contrato de prestação de serviços no dia 31 de março de 2023, com o anterior Responsável pelo Acesso à Informação, Dr. António José Guimarães Madureira, e tendo em consideração a proximidade dos dois regimes jurídicos (RGPD e LADA)

em matéria de proteção de dados, considera-se útil a acumulação do exercício das funções de Responsável pelo Acesso à Informação e Encarregado de Proteção de Dados pela mesma pessoa.

Assim, e para cumprimento do disposto no citado artigo 9.º e ao abrigo do disposto nº 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere ratificar o Despacho n.º 009/2023, designando a Dra. Cristina Isabel Craveiro Vicente de Sena Ferreira, jurista do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Palmela, como Responsável pelo Acesso à Informação Administrativa deste Município, com efeitos retroativos a 1 de abril de 2023.

A presente designação tem um carácter transitório e vigora durante, previsivelmente, seis meses ou até que esteja concluído o trabalho de avaliação em curso, e a designação de um/a substituto/a.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Gabinete de Participação e Cidadania

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro às Associações de Moradores no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º GPC 01_09-23:

«Considerando que:

- É competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio às diversas entidades e organismos legalmente constituídos, nomeadamente as de carácter social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, nos termos das alíneas o) e u) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- O Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas e), f) e m) do nº 2, do artigo 23º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o RJAL;
- É de grande importância o papel das Associações de Moradores como elementos de desenvolvimento e coesão local sendo, simultaneamente, espaços de dinamização de uma cidadania efetiva, dando um enorme contributo para o fomento de uma atitude participativa, colaborativa, responsável e inovadora, com reflexos na comunidade onde está inserida;
- No âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas pelas Associações de Moradores do concelho, candidaturas a apoios municipais,

visando a realização de obras de conservação, aquisição de equipamentos e a concretização de atividades;

- De acordo com o RMAA, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16º, alíneas a) a q), e que após apreciação e análise técnica foi feita a ponderação dos correspondentes montantes;

propõe-se, de acordo com a alínea u) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição dos apoios financeiros destinados à realização de obras de conservação, aquisição de equipamentos e à concretização de atividades, de acordo com o quadro seguinte:

ENTIDADE / OBJETIVO	APOIOS FINANCEIROS			
	Obras	Equipamentos	Atividades	TOTAL
Associação de Moradores Marquesas II – 1ª fase	1.000,00 €	239,28 €	1.500,00 €	2.739,28 €
Associação de Moradores de Olhos de Água	1.146,99 €	294,22 €	500,00 €	1.941,21 €
Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira	320,00 €	104,26 €	1.000,00 €	1.424,26 €
Associação de Moradores da Quinta do Sobral e Canastra - Terrim	480,00 €	328,00 €	1.000,00 €	1.808,00 €
TOTAIS	2.946,99 €	965,76 €	4.000,00 €	7.912,75 €

.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Loteamento municipal L-44/81 – Pinhal Novo – Desafetação de área do domínio público e sua afetação ao domínio privado municipal.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 01_09-23:

«No âmbito das funções de gestão fundiária do património municipal compete ao município otimizar e promover uma correta fruição, por parte da população, dos espaços que vêm à sua posse, de acordo com princípios de respeito pela qualidade de vida das populações e enquadramento urbanístico adequado, sem prejuízo da legislação em vigor.

Nesse contexto, e sendo a CMP detentora de prédio com a área de 1.406,85m², localizado no Pinhal Novo, próximo do mercado municipal, com o n.º de inventário 77081, integrado no

domínio público municipal por via da aprovação do loteamento municipal L-44/81, destinado a salvaguardar um espaço canal para a implantação de passagem superior à linha de caminho-de-ferro, não tendo a referida infraestrutura vindo a consolidar-se naquele local, tornou-se pertinente reequacionar a afetação da área em causa, no sentido da sua requalificação e otimização.

Encontrando-se a zona plenamente servida por espaços verdes de utilização coletiva devidamente qualificados, em novembro de 2020 teve início, por iniciativa municipal enquanto entidade gestora do espaço público, o processo preparatório para a alteração oficiosa ao loteamento, mediante despacho da Sr.ª Vereadora do Pelouro do Urbanismo, sobre o início de audiência prévia dos interessados, ao abrigo do n.º 3 do art.º 27º do RJUE e do art.º 122º, nº1 e 2 do Código de Procedimento Administrativo, com a redação em vigor.

A proposta de alteração apresentada nesse processo de participação pública consubstancia-se na criação de três lotes destinados a habitação unifamiliar, respeitando as características do edificado existente no local, retomando o desígnio daquele espaço, tal como no início da tramitação do loteamento. Os lotes assim gerados destinam-se a integrar a bolsa fundiária do município – no domínio privado camarário – para utilização na sua gestão do território. Como tal, a operação carece da prévia desafetação do domínio público municipal e afetação ao domínio privado, o que recai na competência da Assembleia Municipal, nos termos da legislação em vigor – art.º 33º, nº1 al. ccc) e art.º 25º, nº1 al. q) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O período de participação pública, decorrido entre 11 e 22 de janeiro de 2021, foi divulgado por afixação de Edital nos sítios da Câmara Municipal e Junta de Freguesia do Pinhal Novo, no site da Câmara Municipal e ainda pela distribuição de panfleto explicativo nas caixas do correio dos lotes do loteamento. Obtiveram-se três participações/pedidos de esclarecimento sobre os contornos da futura utilização dos lotes e enquadramento da alteração, que foram prestados. Não tendo da participação decorrido reclamação quanto ao sentido da proposta, encontra-se o processo em condições de passar à fase seguinte.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal apresente a deliberação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal e a afetação do domínio privado da área de 1.406,85m² delimitada na planta anexa, que faz parte integrante da presente proposta nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1, do art. 33º, e alínea q) do nº 1, do art. 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.»

Sobre a proposta de Loteamento municipal L-44/81 – Pinhal Novo – Desafetação de área do domínio público e sua afetação ao domínio privado municipal, numerada DAU_DPUR 01_09-23, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** considera que, independentemente da boa intenção de se integrar o espaço de três lotes destinados à bolsa fundiária do município e compreendendo o

objetivo (está de acordo com o mesmo), este espaço deveria ser aproveitado para ser um espaço verde urbano. Refere que serão quase 1500 metros quadrados de espaço verde urbano e sempre que evoca a necessidade de ampliação de espaços verdes urbanos, não pensa no “hoje” nem no “amanhã”, mas sim, e tal como o Sr. Vereador Pedro Taleço referiu, está a pensar para 20 ou 30 anos., ou seja, tudo o que se passa agora será usufruído, a nível de sombras e de oxigénio, daqui a uns bons anos.

Informa que votará contra, percebendo o objetivo de enriquecimento da Bolsa Fundiária, pois considera que nesse espaço, tendo em conta a sua localização, optaria por uma zona verde.

O **Sr. Presidente** respeita a posição do Sr. Vereador, mas desmistifica a questão. Lembra que esta matéria foi do tempo em que o mesmo era presidente e quando este assunto foi analisado na altura não estava planeado a construção de um espaço verde, pois passava um viaduto e não era possível a construção de casas. Refere que na perspetiva do executivo, o conceito de espaço verde tem de ser outro, não podem ser pequenas ilhas ou recantos de difícil manutenção. Informa que a Câmara Municipal pretende criar grandes espaços verdes de usufruto coletivo, fortemente arborizados, de descompressão, pois é isso que as pessoas reclamam.

Percebe e respeita a decisão do Sr. Vereador, mas esta situação trata-se de um enclave, atrás do antigo matadouro que serve 12 moradias, sendo quase um espaço de condomínio privado e existe a 50 metros (de frente ao matadouro e na Praça da Independência) um espaço verde bastante generoso.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

Gabinete de Recuperação do Centro Histórico

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação.

Requerente: Mário Arménio da Costa Felício. N.º Processo: FIMOC-1794/2023. Local: Rua Serpa Pinto, n.º 24 e Rua Contra Almirante Jaime Afreixo, n.º 25, em Palmela. Requerimento n.º 1266/2023.

PROPOSTA N.º GRCH 01_09-23:

«Através do requerimento identificado em epígrafe, foi solicitado o apoio financeiro para a realização de obras de conservação, correspondendo de forma resumida a trabalhos de reparação e pintura da fachada, incluindo a substituição de caixilharia e minimização de elementos dissonantes na fachada ou visíveis do espaço público que permitam melhoria do arranjo estético, assim como ao nível da cobertura que se traduz na recuperação do beirado à Portuguesa (ainda que integradas em obras de reabilitação do edifício sujeitas a procedimento de controlo prévio a

decorrer no âmbito do processo E-5059/2019) para o edifício sito na Rua Serpa Pinto n.º 24 e Rua Contra Almirante Jaime Afreixo n.º 25, em Palmela, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 9314/20000524 da freguesia de Palmela, e da inscrição na matriz urbana da freguesia de Palmela, sob o artigo 19213, o qual é propriedade do requerente.

O prédio em causa, que se localiza na Área de Intervenção do Gabinete do Centro Histórico da Vila de Palmela, foi construído antes da entrada em vigor do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização (D.L. n.º 38382, de 07 de agosto de 1951), pelo que reúne condições para merecer apoio financeiro, nos termos do n.º 1, do art. 3.º e 5.º, do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação, doravante apenas designado por Regulamento do FIMOC.

Conforme o determinado no artigo 5.º, do Regulamento Municipal antes invocado, as obras de conservação nas fachadas de edifícios assim como na cobertura, constituem-se ações e trabalhos elegíveis nos termos da concessão do apoio financeiro previsto no Programa de Financiamento de Obras de Conservação - FIMOC.

As obras descritas e incluídas no requerimento supra, cujo orçamento global apresentado se cifra no valor de 7.363,47 € (incluindo IVA à taxa de 6%) constituem ações/trabalhos elegíveis para financiamento, de acordo com o determinado no art. 5.º do Regulamento do FIMOC, publicada no Aviso n.º 5063/2021 do Diário da República, 2.ª Série de 18/03/2021, anexo ao EDITAL Nº 84/DAFRH-DAAG/2021.

Nos termos do n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento do FIMOC e considerando o valor do orçamento sujeito a apreciação camarária que se cifrou em 7.363,47 €, o apoio financeiro a conceder correspondente a 70% do orçamento apresentado, resulta num montante 5.154,43 € - IVA incluído à taxa de 6%.

Face ao exposto, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 e alínea k) do art. 25.º, e alíneas k), t) e ccc) do art. 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugado com o disposto no n.º 1 do art. 4.º do Regulamento do FIMOC, **propõe-se** a aprovação do apoio financeiro solicitado, correspondente ao valor indicado de 5.151,43 € (com IVA incluído) e que o mesmo seja concedido ao requerente, Sr. Mário Arménio da Costa Felício, mediante a apresentação de cópias das faturas dos trabalhos realizados, cumprindo-se os pagamentos de acordo com o estabelecido no n.º 6 do art. 10.º deste mesmo Regulamento.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

Divisão de Serviços Urbanos

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Processo Disciplinar n.º 03/2022 – Aplicação de sanção disciplinar.

PROPOSTA N.º DASU_DSU 01_09-23:

«1. Por despacho do Senhor Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, Eng.º João Faim, datado de 30 de junho de 2022, foi mandado instaurar processo disciplinar, através da conversão do Processo de Inquérito nº 04/2022 em processo disciplinar, em que é arguido o trabalhador XXXXXXXXXXXX, com a categoria de Assistente Operacional, afeto à Divisão de Serviços Urbanos desta Câmara Municipal.

2. Terminado o procedimento disciplinar e elaborado o Relatório Final pela Instrutora do processo com proposta de decisão, que na presente proposta se dá por integralmente reproduzido, e que se anexa, e com base na factualidade apurada, sua ponderação e enquadramento legal, propõe-se:

Aplicar ao trabalhador XXXXXXXXXXXX, pela prática das infrações disciplinares verificadas por violação do dever geral de prossecução do interesse público, do dever de zelo e do dever de correção, nos termos das alíneas a), e) e h) do n.º 2 do art. 73º, conjugado com os números 3, 7 e 10 do mesmo artigo, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a sanção disciplinar de 90 (noventa) dias suspensão, prevista no artigo 186.º, em articulação com a alínea c) do n.º 1 do artigo 180.º da referida Lei, graduada em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 181.º, suspensa na sua execução nos termos dos nºs 1 e 2 do art.º 192.º do mesmo diploma legal, pelo período de dois anos.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 9 (nove) votos a favor, através de escrutínio secreto. Aprovado em minuta.

Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 9 – Feira Medieval de Palmela 2023 – Preços a aplicar.

PROPOSTA N.º DDET 01_09-23:

«A Feira Medieval de Palmela, realizar-se-á de 22 a 24 de setembro, sob o tema: “Um Mestre Português Para a Ordem de Santiago”, estando a participação dos agentes económicos sujeita ao pagamento prévio de montantes referentes à sua instalação e presença.

Tendo em vista alcançar o equilíbrio financeiro da Feira Medieval de Palmela, cujas fontes de receita têm origem na venda de ingressos e na aplicação de preços para a participação na Feira Medieval de Palmela aos agentes económicos participantes, **propõe-se**, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e conforme o n.º 1, do artigo 12.º, da Tabela de Tarifas e Preços do Município de Palmela e Regulamento de Aplicação e Cobrança, a aprovação dos preços da prestação de

serviços, que a seguir se apresentam, atendendo às categorias dos agentes económicos e respetivas tipologias:

Categoria de agente económico	Tipologia de espaço pré-definido e montantes a pagar (em Euros)				
	Banca 2m lineares [≡ 3 m²]	Espaço 3x3m lineares [≡ 9 m²]	Espaço 6x3m lineares [≡ 18 m²]	Metro linear ocupado a mais	Caução [20%]
Taberna	*	650,00 *	* 1.300,00	32,50 65,00	130,00 260,00
Pão, doçaria variada e similares	120,00 *	* 350,00 *	* * 700,00	6,00 17,50 35,00	24,00 70,00 140,00
Bebidas alcoólicas a copo	*	500,00 *	* 1000,00	25,00 50,00	100,00 200,00
Outras bebidas (não alcoólicas)	*	350,00 *	* 700,00	17,50 35,00	70,00 140,00
Artesã/o e produtor local	100,00 *	* 200,00	* *	5,00 10,00	20,00 40,00
Mesteiral	80,00 *	* 160,00	* *	4,00 8,00	16,00 32,00
Mística/o	100,00 *	* 200,00	* *	5,00 10,00	20,00 40,00
Mercador/a	120,00 * *	* 240,00 *	* * 360,00	6,00 12,00 18,00	24,00 48,00 72,00
Outros agentes económicos	120,00 * *	* 240,00 *	* * 360,00	6,00 12,00 18,00	24,00 48,00 72,00

* Não aplicável à categoria.

.»

O **Sr. Presidente** refere que era importante atualizar a presente tabela. Não só pela experiência de gestão que tiveram direta, no processo desde o ano passado, como também por sentirem essa necessidade. Considera igualmente que fica melhor regulamentado.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Cultura e Desporto

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro a cinco escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares 2022/2023.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_09-23:

«Desde o ano letivo de 1989/1990 que a Câmara Municipal de Palmela coorganiza, com as Escolas Básicas dos 2.º e 3.º ciclos e as Secundárias, o Programa “Jogos Desportivos Escolares”.

Este Programa integra a Fase Intraescola (competições em cada escola), a decorrer durante os primeiros e segundos períodos letivos, e a Fase Interescolas que inclui a realização de competições entre as escolas em dois momentos:

- 1.º - entre 27 e 31 de março de 2023 (no final do segundo período letivo);
- 2.º - entre 7 e 13 de junho de 2023.

À autarquia compete assegurar a coordenação da iniciativa garantindo os transportes, os prémios e a logística associada à realização das competições que não é possível garantir nos estabelecimentos escolares, bem como a atribuição de apoio financeiro, que tem como objetivo compartilhar os custos com a realização das atividades desportivas em cada escola, designadamente, com a aquisição e conservação de material e equipamento desportivo.

Às escolas compete, em especial, a calendarização, organização e realização dos diversos quadros competitivos nas duas fases.

Ao longo das mais de trinta edições realizadas, milhares de alunos tiveram a possibilidade de praticar várias atividades físico-desportivas, vivenciar novas experiências e de se envolverem, salutarmente, no âmbito da prática desportiva através das oportunidades que este programa proporciona.

Assim, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição do apoio financeiro global de € 3.000,00 (três mil euros), às entidades a seguir indicadas, com o objetivo de compartilhar os custos da organização dos Jogos Desportivos Escolares 2022/2023:

- | | |
|---|------------|
| - Agrupamento de Escolas de Palmela | € 600,00 |
| - Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos | € 600,00 |
| - Agrupamento de Escolas José Saramago | € 600,00 |
| - Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Palmela | € 600,00 |
| - Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Pinhal Novo | € 600,00.» |

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, para a realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 02_09-23:

«O Município de Palmela tem desenvolvido, ao longo dos anos, um continuado trabalho de parceria com as organizações locais na realização de eventos comunitários, apoiando-as técnica,

logística e financeiramente, reconhecendo a sua importância no panorama, cultural e socioeconómico do concelho.

As Festas Populares de Pinhal Novo são um momento importante de afirmação da identidade e cultura local da freguesia, continuando a refletir a presença do movimento associativo quer no apoio à sua organização, quer na construção da programação, retomando, em 2023, o seu formato habitual, após a interrupção causada pelos constrangimentos do surto pandémico Covid-19.

Considerando o enorme esforço que se apresenta a todos aqueles que voluntariamente mantêm vivas as tradições dos diferentes territórios do Concelho de Palmela, e as exigências ao nível técnico e administrativo que tornam cada vez maior o desafio com que as associações se deparam na organização destes eventos, reveste-se de grande importância o apoio que a Câmara Municipal atribui à 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo, da responsabilidade da Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, de 06 a 11 de junho.

Para a realização desta atividade a entidade organizadora tem ainda a necessidade de utilizar o espaço público para a promoção dos eventos culturais e desportivos, bem como a instalação de pavilhões de índole comercial e divertimentos, os quais representam a principal fonte de receita financeira para a organização.

No âmbito dos apoios logísticos e de transporte, estima-se um apoio municipal na ordem dos € 10.000,00 (dez mil euros).

Assim, **propõe-se**, de acordo com a alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. A atribuição de apoio financeiro à 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo no valor de 51.800,00€ (cinquenta e um mil e oitocentos euros) à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, que inclui a comparticipação para a contratualização de instalação da infraestrutura elétrica comum a vários eventos no mesmo local;
2. A cedência precária e gratuita de domínio municipal, identificados na planta anexa e que faz parte integrante da presente proposta, no período de 30 de maio a 16 de junho, e constituído pelo Parque de Estacionamento da Praça da Independência, Praça da Independência, Rua da Praça da Independência, Jardim José Maria dos Santos e ruas circundantes, Rua de Olivença, Zona envolvente Mercado Municipal e Biblioteca de Pinhal Novo, Avenida Alexandre Herculano, entre os pinheirinhos e a estação ferroviária, bem como o logradouro do edifício Santa Rosa, devendo igualmente os serviços municipais considerar que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias

de acessos à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência;

3. Todas as cedências são deliberadas no pressuposto do cumprimento pela entidade beneficiária dos normativos aplicáveis ao evento/iniciativa, dos licenciamentos de ocupação de via pública emitidos à data da presente deliberação e designadamente assegurando, dentro da área objeto de cedência, a normal circulação de veículos de emergência e socorro, bem como a livre circulação de residentes e outros usufrutuários de edificações ou outros imóveis.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, para a realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo, numerada DCDJ_DCD 02_09-23, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** solicita esclarecimentos quanto aos valores. Informa que fez uma comparação entre os valores atribuídos no presente ano e os atribuídos no ano de 2019 (último ano, antes da Pandemia Covid-19). Refere que, em 2019, a Câmara Municipal participou em dinheiro e considerou-se o apoio atribuído do ponto de vista logístico num valor de cerca de 13 mil euros e que, no presente ano, irão ser suportadas as infraestruturas elétricas, no valor de 22 mil euros, que deduz serem infraestruturas definitivas e que servirão várias festas, que somados aos 14 mil euros de subsídio financeiro, perfaz 36 mil euros. Considera que o valor de 14 mil deveria ser incrementado face à inflação e a um conjunto de questões, sendo um aumento significativo com o qual concorda.

A leitura que faz, mesmo podendo estar errada, é que de 36 mil euros (que foi dado em dinheiro e em espécies/trabalho) para 51.800 euros e pensa que não está contabilizado o mesmo apoio logístico atribuído em 2019, que em tese, será parecido, ou seja, 13 mil euros.

O **Sr. Presidente** antes de passar a palavra à **Sra. Vereadora Maria João Camolas** refere que se manteve o apoio às Festas Populares mesmo durante o período da Covid, num valor menor, sendo, no último ano, praticamente idêntico.

Considera que são as festas que acabam por proceder à montagem da infraestrutura que permite também o Mercado Caramelo e outros eventos, como o FIG – Festival Internacional de Gigantes, pois suportam-se na mesma infraestrutura elétrica, não fazendo sentido pagar parcialmente e executarem-se três empreitadas, montar e desmontar.

Informa que, considerando ao aumento de custos, existiu um incremento de 20% para todas as festas do concelho, sendo essa a ordem de percentagem de aumento também para o apoio ao movimento associativo.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** refere que as infraestruturas de instalações elétricas são asseguradas pelo município para os vários eventos que já foram sublinhados. Mais informa

que o valor financeiro engloba o apoio total à realização da festa, independentemente da distribuição que a Associação fará para a organização do evento.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** volta a intervir afirmando que percebe a explicação, mas na sua leitura o aumento é superior a 20%.

O **Sr. Presidente** interrompe para questionar se o Sr. Vereador está a contabilizar o apoio logístico.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** responde que não e que está a fazer o mesmo raciocínio que fez em 2019, que somando 14 mil aos 22 mil, perfaz 36 mil euros, e que se vai atribuir 51.800 euros.

O **Sr. Presidente**, face à intervenção do Sr. Vereador Carlos de Sousa, informa que o custo com a infraestrutura elétrica aumentou, tendo passado dos cerca de 18 mil euros para os 22 mil euros.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** pede a palavra pois não entende a comparação que o Sr. Vereador Carlos Sousa efetuou em relação ao ano de 2019, pois em 2022 existiu um incremento no valor financiado às festas.

Neste momento alguém intervém, mas como não se identifica e nem fala ao microfone não é possível a sua identificação e transcrição em ata.

O **Sr. Presidente** refere que o valor continua a não satisfazer as necessidades e que a Comissão de Festas terá que faturar o espaço muito mais caro, pois os custos com os palcos, os pavilhões e os stands aumentaram na ordem dos 400%, situação que não é fácil.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** volta a intervir observando que espera que o mesmo raciocínio seja efetuado aquando as Festas das Vindimas.

O **Sr. Presidente** responde que a Câmara terá a mesma atitude para todas as festas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação de Festas de São Gonçalo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 03_09-23:

«A Câmara Municipal, no seu relacionamento com o associativismo local, sempre se constituiu como parceiro das organizações associativas que assumem a realização das festas e eventos locais, enquanto identitários da comunidade local, apoiando técnica, logística e financeiramente no reconhecimento da sua importância no panorama cultural e socioeconómico local.

A Associação de Festas de São Gonçalo irá realizar, de 18 a 21 de maio, as tradicionais festas de São Gonçalo, no Parque de Merendas de São Gonçalo – Cabanas.

Estas Festas, de cariz religioso e profano, que possuem fortes tradições na Freguesia de Quinta do Anjo e constam do calendário de festividades do concelho, contam com programa cultural assente em espetáculos de artistas locais e nacionais e a componente religiosa composta por procissão e missa.

Foi apresentado, pela organização, um orçamento estimado em € 19.900,00 e solicitado apoio financeiro e logístico. O apoio logístico estima-se em cerca de € 4.000,00.

A utilização do espaço público para as atividades visa a promoção de eventos de manifesta relevância pública e a instalação de pavilhões de índole comercial, os quais representam a principal fonte de receita financeira para as entidades organizadoras.

Assim, e considerando a importância local da realização das Festas de São Gonçalo em Cabanas, no presente ano, **propõe-se**, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição à Associação das Festas de São Gonçalo, de um apoio financeiro no valor de € 1.800,00 (mil e oitocentos euros), como comparticipação municipal para a realização da edição de 2023 das Festas de São Gonçalo, bem como a cedência temporária dos espaços assinalados na planta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, constituído pelo Parque de Merendas de São Gonçalo, espaço envolvente à Capela de São Gonçalo e espaços de estacionamento confinantes no período de 13 a 25 de maio.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 13 – Transferência financeira, no âmbito da conservação e manutenção, para estabelecimentos de ensino do concelho - Atualização.

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_09-23:

«A implementação da Transferência de Competências na área da Educação, estabelecida na Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, e efetivada pelo Decreto Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, é um processo que tem vindo a ser desenvolvido no último ano, no município de Palmela, em estreita cooperação e colaboração com os Diretores de Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas.

Na reunião de Câmara de 11 de janeiro de 2023, foi deliberada a transferência da verba de 20.000,00 € para cada um dos Agrupamentos de Escolas e para a Escola Secundária de Palmela, para fazer face às despesas de conservação e manutenção dos edifícios das escolas sede.

Como consta na referida deliberação, aguardava-se a atualização dos valores para a conservação e manutenção, sendo que esta atualização decorria da cláusula 2.ª do Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, para a Descentralização nos domínios da Educação e da Saúde, a qual foi agora publicada no Decreto Lei nº 16/2023, de 27 de fevereiro, na sequência do estipulado no art. 51º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Face ao exposto, e ao abrigo do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, propõe-se que a Câmara delibere transferir para os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, o valor global de 95.543,75 € (noventa e cinco mil, quinhentos e quarenta e três euros e setenta e cinco cêntimos), destinado a atualizar os valores da conservação e da manutenção de edifícios para o ano de 2023, de acordo com o quadro abaixo:

Estabelecimento Escolar	Valor
Escola Básica Hermenegildo Capelo (NIF 600074846)	39.246,13 €
Escola Básica José Saramago (NIF 600083063)	5.167,13 €
Escola Básica José Maria dos Santos (NIF 600080188)	35.000,00 €
Escola Secundária Palmela (NIF 600006280)	16.130,50 €
Total	95.543,75 €

.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo, alertando para o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a consequente autorização dos intervenientes para permitir a sua gravação e captação de imagem, desde que seja essa a sua vontade.

Sr. António Salvador (1.)

Depois de se apresentar e cumprimentar todos os presentes, coloca a questão sobre os transportes em Vale de Touros, pois tem verificado que continuam praticamente na mesma.

Refere igualmente a questão do estacionamento e, como reside em Vale de Touros há 30 anos, sempre utilizou o carro, neste momento pondera utilizar os transportes públicos e colocar o carro nos parques públicos feitos recentemente em Pinhal Novo.

Questiona também se, efetivamente, da parte da Carris Metropolitana já foi apresentada alguma proposta.

Aproveita para corrigir algumas imprecisões que cometeu aquando a última intervenção que efetuou sobre este assunto numa outra reunião de Câmara Municipal, esclarecendo a Sra. Vereadora que a carreira n.º 4321, que faz o circuito a Quinta do Anjo/Pinhal Novo, poderia passar em Vale de Touros, ou então sair da zona da urbanização dos Portais da Arrábida, ir a Palmela, passar por Vale de Touros e fazer o circuito normal – Olhos de Água/Brejos Carreteiros/Pinhal Novo, e fazer o circuito inverso.

Não sendo possível criar uma nova linha, pois tem verificado que existem linhas que vêm do Pinhal Novo e passam por Palmela e vão à estação e outras que correm a zona da Venda do Alcaide. Conclui, referindo que seria muito benéfico para a população a existência de uma linha que fizesse o circuito Pinhal Novo/Palmela, a passar por Vale de Touros e Lagoinha.

O **Sr. Presidente** responde informando que, ao longo de todo o processo, a Câmara Municipal tem apresentado um conjunto de sugestões de melhoria e de reparos (face a incumprimentos ocorridos e que felizmente estão mais estabilizados) à Carris Metropolitana.

Informa que na última reunião em que participou, por questões de contrato com a empresa TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa), foi decidido aplicar penalizações à empresa devido a alguns incumprimentos.

Mais informa que os serviços municipais e a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho têm estado a trabalhar no processo, para se procurar, até julho, entregar propostas de afinação de alguns circuitos, estando previstas algumas alterações.

Crê, por isso, ser útil a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho reunir com o Sr. António Salvador para poder precisar todas as informações que foram dadas, tal como os técnicos que inicialmente desenharam a rede, com sugestões de cidadãos e pelas juntas de freguesia, nomeadamente a carreira referida (que vem da Quinta do Anjo e entra nos bairros).

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** intervém para transmitir a resposta da TML ao Sr. António Salvador que chegou no dia 3 de abril às 18:44. Informa que relativamente à primeira questão, a mesma é declinada porque trata-se de mais 6 quilómetros, situação que irá comprometer o horário de toda a carreira, estando disponíveis para estudar alternativas.

Sra. Diana Nascimento (2.)

Depois de cumprimentar os presentes e de se apresentar refere que está em representação da Associação de Pais da Escola Básica de Aires e solicita a intervenção porque têm trocado alguns *e-mails* com a Divisão de Educação, dos quais alguns não obtiveram resposta. Mais refere que decidiram, juntamente com os representantes de todas as turmas da escola, fazer um abaixo assinado, que irá ler e entregar em mão ao Sr. Presidente.

Consideram que a escola é uma das melhores do concelho, mas tem problemas estruturais que querem chamar a atenção, tendo o feito por *e-mail*, e pedido uma reunião com a Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Palmela e Escola, de modo a poderem perceber, no âmbito da descentralização do município para as freguesias, quais as competências da Junta de Freguesia. Sentem que existem reparações de monta que não poderão ter a intervenção da Junta de Freguesia e será sempre o município a intervencionar. No entanto, como não receberam resposta aos *e-mails* relativamente ao pedido de reunião, tomaram a liberdade de pedir essa atenção.

Questiona, igualmente, se no âmbito do último ponto da reunião, que verba poderão destinar a equipamentos e obras na escola.

O **Sr. Presidente** interrompe para informar que esse ponto não tem a ver com a Escola Básica de Aires, mas sim com a descentralização para o 2.º e 3.º ciclo e secundário.

A **Sra. Diana Nascimento** volta à palavra para questionar se caberá alguma intervenção à Escola Básica de Aires, pois as mesmas são urgentes e passa a ler o abaixo-assinado:

«Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela, após vários contatos e pedido de reunião, sem sucesso, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB JI Aires, AP Aires, tomou a iniciativa de elaborar este abaixo assinado para despertar a atenção de toda a comunidade educativa, da presidência, do executivo da Câmara Municipal de Palmela para o seguinte:

A urgência de se realizarem várias intervenções em diversos espaços da Escola Básica de Aires:

1. Reparação do telhado do ginásio e do refeitório. Chove nestes espaços há alguns anos conforme reportado pela Escola e pela AP Aires em diversos contatos, efetuados junto da Câmara Municipal, por *e-mail* e por telefone o que trás problemas de saúde para as crianças devido ao excesso de humidade que pode resultar, no crescimento de bolores nocivos para a saúde. Para além disso, o chão molhado pode causar quedas, havendo risco de segurança para as crianças, pessoal docente e não docente. E a realidade das crianças é de verem, durante vários dias, chover em baldes, perto do lugar onde almoçam e no espaço onde têm aulas de ginástica;
2. Reparação do sistema de aquecimento do Piso 0. Após a avaria do sistema de aquecimento, com rotura de um cano numa sala do primeiro ano que provocou danos extensos, foi necessário desligar o aquecimento do piso térreo. Com isto, as crianças, os docentes e não docentes queixam-se com frio, devido às temperaturas baixas que se

registaram no inverno e que prejudicam, diariamente a aprendizagem e a concentração de todos;

3. Reparação da sala do primeiro ano, onde teve uma rotura de um cano de água. A turma do primeiro ano da sala que sofreu danos relacionados com a água, está a ter aulas na sala destinada ao ATL (Atividade de Tempos Livres), que não está preparada para o efeito. Há constrangimentos para a equipa do ATL e para as crianças que frequentam este espaço, pois a disposição da sala está preparada aulas e não para as dinâmicas não formais que geralmente aqui acontecem. A sala afetada esteve durante muito tempo inutilizada e sem perspetiva de poder ser reutilizada por falta de intervenção ou calendarização para ser reparada;
4. Substituição de estores. O pedido de reparação foi formulado há mais de um ano sem que nenhuma atuação tenha sido, ainda, concretizada em prejuízo da temperatura das salas e da luminosidade que afeta igualmente, a concentração das crianças e docentes e prejudica a aprendizagem diariamente;
5. Desinfecção da área exterior das estruturas para brincar; e ainda a comunicação de ações que serão tomadas na escola, nomeadamente, nas melhorias no espaço de recreio da escola de acordo com o interesse dos alunos. De modo a potenciar a participação ativa das crianças no ambiente escolar irá realizar-se um conjunto de iniciativas para aferir as melhorias que as crianças gostariam de ter no recreio. Com a ausência de resposta da Câmara, também, neste ponto irá avançar o diálogo com a escola para serem iniciadas a florestação do recreio, uma vez que da parte da Câmara Municipal não houve manifestação nem resposta, no sentido de se desenvolver qualquer projeto.

Os Encarregados de Educação, os educadores e familiares das crianças que frequentam este estabelecimento de ensino e os alunos, que sucessivamente tem sido vítimas de ausência de atuação do município, vêm desta forma requerer a rápida resolução dos problemas mencionados no ponto 1 para que as crianças tenham o conforto e segurança para aprender, brincar e socializar.»

Sra. Rita Rôlo (3.)

Depois de cumprimentar os presentes e de se apresentar, coloca duas questões:

A primeira, relativa aos transportes, pois tem dois filhos a estudar na Escola Secundária de Palmela, um com horário de manhã e outro de tarde. Refere que o filho com horário de manhã, chega sempre atrasado às aulas por causa dos transportes, situação que acarretou a ter que começar a levá-lo à escola, pois já estava a receber críticas por parte de outros alunos. Explica que o mais novo, entra às 8 horas todos os dias, e nunca chega antes das 8:10 horas à sala de aulas, perdendo matéria e incomodando os colegas quando entra. Relativamente ao filho mais velho, refere que sai da escola às 18:30 horas mas só tem autocarro às 19:20 horas. Acrescenta

que a resolução deste assunto foi solicitada, por vários pais, à Câmara Municipal e à Carris Metropolitana, mas o mesmo mantém-se. Adianta que, felizmente, tem disponibilidade, mas gasta gasóleo quando tem os passes pagos e considera, por um lado, ser desnecessário uma criança estar a chegar constantemente atrasada e sofrer críticas por parte dos colegas (e às vezes de professores) e, por outro, a criança ter que ficar uma hora à espera, às vezes no inverno, à chuva.

Partilha que reside em Aires (reside mesmo no início de Aires, junto às bombas da Repsol) e desde que se mudou, não tem saneamento. Informa que tem pedido, constantemente, informações à Câmara Municipal e que a resposta é que está em fase de licenciamento (desde o início de 2021).

O **Sr. Presidente** interrompe a informar que estão em fase de projeto.

A **Sra. Rita Rôlo** continua a intervir e informa que sabe que, desde que falou com a Câmara Municipal, já foram executadas obras de saneamento na rua das traseiras (que não sabe precisar o nome).

Sra. Paula Proença e Leonor Búzio (4.)

Depois de cumprimentar os presentes e de se apresentar, intervém sobre os transportes escolares. Informa que tem uma filha que, desde os 9 anos, utiliza o apoio da Câmara Municipal, que considera maravilhoso, porque encontra-se a frequentar um curso de artes em Setúbal.

Passa a palavra para **Leonor Búzio**.

Informa que frequenta a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal e vai todos os dias para Setúbal e usufrui do transporte, da qual a autarquia paga metade do valor. Mais informa que o carregamento do o passe era efetuado na escola e, de há um ano até à data, passou a ser no CRJ (Centro de Recursos para a Juventude), onde o horário não lhe permite efetuar esse carregamento. Refere que, quando efetuava o carregamento na escola, corria tudo bem e, neste momento, os seus horários são incompatíveis com o funcionamento do CRJ pois, para além da escola, frequenta também uma academia de dança, onde, por vezes, sai às 21 horas, tendo também atividades ao sábado. Partilha que já foi informada pela escola que não pode carregar o passe e que tem colegas de Setúbal e Azeitão a efetuar o carregamento sem qualquer tipo de problema. Conclui que tem conseguido ultrapassar esta questão, durante o ano que passou, com a ajuda de um funcionário do CRJ que carrega o passe depois do horário de expediente, deixando uma nota de agradecimento ao funcionário em questão, Sr. João Cunha.

A **Sra. Paula Proença** volta a intervir para deixar a nota que Setúbal e Lisboa participam na totalidade os passes dos seus estudantes, questionando para quando em Palmela.

Partilha depois algumas situações pessoais, nomeadamente, que tem um filho de 20 anos que estuda em Inglaterra, e que o teve de fazer porque estar em “Letras” e quer entrar na licenciatura

de “Desporto”, não conseguiu o acesso devido aos exames nacionais que são específicos para determinadas áreas. Mais partilha que o filho poderia ter ido estudar para Coimbra, mas optou por Inglaterra, porque as propinas são pagas e lhe pagam tudo. Acrescenta que o filho ao fazer um contrato de representação de desporto de competição com a Universidade, deixou de pagar alojamento, não paga propinas, só pagando alimentação e alguns materiais de estudo, situação que a levar a tentar que a filha também vá estudar em Inglaterra. Conclui que sendo uma assistente operacional, não tem apoio de ninguém e agradece a oportunidade que teve para partilhar a sua situação.

Sra. Sónia Rilhó (5.)

Depois de se apresentar e cumprimentar os presentes questiona sobre um processo de licenciamento que foi requerido, do qual tiveram resposta, tendo sido feita uma junção do terreno, que provocou a apresentação de um novo requerimento, com as condições exigidas pela Câmara Municipal. Informa que deu entrada do processo há mais de dois meses com uma alteração ao processo inicial e não têm obtido qualquer resposta. Mais informa que, depois de vários telefonemas, não existe qualquer resposta e que existiu uma situação bastante desagradável, em que lhe informaram que quanto mais ligasse menos respostas dariam.

O **Sr. Presidente** responde a informar que tem conhecimento do processo, mas não vai responder presencialmente na reunião. Pede para contactar com a sua secretária que dará toda a informação, sobre o ponto de situação do processo.

Face às questões apresentadas pelo/as Sr./as Múncipes, são dadas as seguintes respostas:

. Em resposta ao Sr. António Salvador (1.), o **Sr. Presidente** refere que contam com a sua participação e diálogo e que, embora já tenham tido uma resposta da Carris Metropolitana, voltarão, com a sua ajuda e propostas deixadas, a integra-las na nova proposta de alteração ao pacote que será enviado, para ver se no mês de setembro estará tudo corrigido.

. Em resposta à Sra. Diana Nascimento (2.), o **Sr. Presidente** refere que o abaixo-assinado irá ser analisado e será dada uma resposta em conformidade com todas as questões colocadas. Crê que a Sra. Vereadora terá algumas informações, e pede desculpa pelo facto de os serviços municipais não terem respondido.

Alerta e considera que existem muitas questões misturadas, umas que, no seu entender, farão sentido, outras que não, pelo que fará chegar à Sra. Diana Nascimento, como representante da Associação de Pais, o contrato interadministrativo existente entre o Município e as Juntas de Freguesia (que é igual para todas), que existe há muitos anos e que tem vindo a ser aprimorado

e aperfeiçoado. Refere que o contrato resulta na transferência financeira de dezenas de milhares de euros para intervenções que compete à Junta de Freguesia executá-las.

Refere ainda que, naquele que considera ser um equipamento de excelência, tem conhecimento de algumas patologias mais graves, nomeadamente ao nível da climatização e infiltrações, situações técnicas nada fáceis de resolver e de se encontrar solução.

Acrescenta que a Sra. Vereadora deverá ter uma informação mais atualizada, tal como a Diretora das Obras, a quem geralmente chegam estes pedidos de intervenção mais substanciais, os quais têm de ser objeto de empreitadas com empresas e serviços especializados.

Quanto às questões da escola e dos alunos, informa que existem processos de participação com as crianças, mas tudo depende das dinâmicas da sala de aula e dos professores. Informa que a Câmara Municipal tem por hábito estar nas escolas, em assembleias com as crianças a perguntar o que efetivamente querem e não apenas através de recados dos pais e dos professores (partilha que também é pai e tem conhecimento destas situações).

Apresenta como exemplo as árvores e informa que estiveram, há pouco tempo, a plantar árvores em escolas em todo o concelho.

Partilha que esteve na Escola Básica de Aires, onde foi pedido à autarquia que retirasse as árvores pois estavam a danificar o pavimento dos equipamentos de desporto.

Refere que, apesar de existirem processos que é necessário “maturar”, avaliar e discutir, a Câmara Municipal procura sempre efetuar melhorias e está disponível para acolher propostas, com fundamentação.

Considera que, neste caso em particular, a culpa que o município teve foi não responder para informar qual o estado de desenvolvimento das medidas que estão a tomar para resolver estas matérias.

Refere que a Câmara Municipal conhece e estão identificadas as patologias (que deu conta) e que foi reforçada a verba existente em orçamento intervir.

Passará a questão para a Sra. Vereadora para o efeito e garante o Gabinete de Apoio à Presidência dará a resposta, ponto por ponto, recolhendo informação de todos os serviços.

. Em resposta à Sra. Rita Rôlo (3.), quanto à questão levantada sobre a Carris Metropolitana, o **Sr. Presidente** responde que estas têm que continuar a ser reportadas diretamente ao município, para além da Carris Metropolitana, para se perceber se são atrasos ou desadequação dos horários.

A **Sra. Rita Rôlo** intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

O Sr. Presidente volta à intervenção a pedir para que deixe o contato com a D. Elsa Dias, para que a **Sra. Vereadora** possa conferir estes aspetos, pois tem todo o interesse em corrigi-los.

Quanto ao saneamento, informa que foi lançado um projeto para dotar de saneamento a zona em questão. Mais informa que, inicialmente, foi efetuada a parte do Bairro Padre Nabeto, e que está a ser efetuado um que vai até à Quinta das Asseadas.

A **Sra. Rita Rôlo** intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** questiona se é na Rua Arlete Lima do Vale.

A **Sra. Rita Rôlo** intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** esclarece que se trata da ligação e que está dependente da resolução de um problema de atravessamento de um terreno particular, o qual já foi negociado de várias maneiras.

O Sr. Presidente é informado que já se chegou à negociação com o particular e que a Câmara Municipal irá ter que construir um muro, o qual aguarda orçamento, para assim concluir a ligação, existindo a possibilidade (o ramal é feito pelo município) gratuita de fazer a ligação ao sistema doméstico.

Considera que se tudo correr bem, pois não preveem mais entraves, até ao fim do ano fique tudo concluído.

A **Sra. Rita Rôlo** intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** responde que no caso da Quinta das Asseadas, trata-se de outro projeto, que foi encomendado e elaborado, e estará em execução quanto existir valor para colocar em orçamento, possivelmente com recurso a empréstimo pois existe capacidade para financiar investimentos desta natureza. Observa que não existem apoios comunitários para estas obras.

Relembra que esteve previsto há uns anos ser drenado graviticamente e entregar a um emissário em Setúbal, mas só em 2023 é que Setúbal deixou de ter concessionário com as Águas do Sado e passou integralmente de pleno direito a Simarsul. Informa que a Simarsul tem obrigação de executar um emissário que vem pela Baixa de Palmela, mas que o executivo não quis esperar por esta solução, pois por vezes os planos de investimentos têm atrasos complicados e o projeto que encomendaram prevê as duas soluções: se o emissário “chegar a horas” entrega-se graviticamente, se demorar alguns anos (2 ou 3), farão a bombagem para uma estação elevatória e colocar na zona do coletor do Padre Nabeto que irá, por sua vez, para a ETAR de Aires.

Reforça que é um assunto que o município tem trabalhado muito e estão comprometidos com a solução.

. Em resposta à Sra. Paula Proença e Leonor Búizio (4.), o **Sr. Presidente** começa por felicitar a escolha, pois frequentar um curso de artes é muito ousado nos tempos que correm, mas

acredita que o sonho será sorridente. Relativamente ao carregamento pede esclarecimento junto da Sra. Vereadora de quais as alternativas existentes.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que segundo as informações da TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa), estão também disponíveis no carregamento por Multibanco e no Espaço Navegante (que em Palmela é em frente ao CRJ), não sabendo, de momento, informar qual o horário praticado.

O **Sr. Presidente** questiona se se aplica aos carregamentos de passes escolares.

A **Sra. Paula Proença** intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** esclarece que estas questões foram tratadas dentro do concelho e reconhece que antes estes carregamentos eram feitos nas escolas e ainda hoje existe possibilidade de o fazer em vários locais. Comunica que a Câmara Municipal irá procurar encontrar uma solução que não seja ter o CRJ aberto mais horas, por causa de um ou dois casos. Informa que, a nível intermunicipal discutem estas situações, inclusive a possibilidade de carregamento em outros concelhos, sendo o custo suportado pelo município, e acrescenta que a tecnologia tem que resolver esta situação, pois existe para apoiar a humanidade e não para dificultar.

Relativamente a apoios e ao passe, questiona se a Sra. Paula Proença paga IMI no concelho de Palmela.

A **Sra. Paula Proença** responde, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** volta a palavra para a informar que paga o IMI mais barato da Península de Setúbal.

Refere que o município de Setúbal, tal como o de Lisboa, infringiram uma regra que está a ser tratada ao nível do Conselho Metropolitano, que é a gratuidade do passe até aos 18 anos e em toda a escolaridade obrigatória, sobre a qual são responsáveis.

Entende que, no caso de Setúbal, adotou esse modelo, como forma de compensação de outra coisa, tal como não baixar o IMI.

Esclarece que o executivo da Câmara Municipal de Palmela entendeu continuar a reduzir o IMI até à taxa mínima e considera que estes assuntos são resolvidos em conjunto e não cada um fazer uma ou outra medida populista, que acaba por ser muito superficial.

Refere ainda que a Área Metropolitana de Lisboa, a TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa) e o Governo têm estado a trabalhar neste assunto e que Governo, na descentralização de competências, tem previsto que chegue também a 100%, mas tem que transferir a verba para os municípios.

Afirma o empenho do município nessa solução, que estima que possa acontecer antes do final do mandato.

Alerta que o município tem mecanismos de apoios para os seus alunos e questiona se concorreu às bolsas de estudo que, no presente ano foram atribuíram cerca de 70.

Mais esclarece que, na medida que a escolaridade é obrigatória até ao 12º ano, defende politicamente que os apoios também devem ser a 100%, medidas que o Governo tem que adotar e não passar para a responsabilidade das autarquias. Refere que lutou para que os manuais escolares fossem gratuitos para todos e não de um ou outro município. Reforça que neste momento o município fornece, gratuitamente, as fichas de trabalho ao 1.º Ciclo e que, no próximo ano letivo, irá atribuir ao 2.º ciclo, esperando continuar a progredir, por conta e risco do município de Palmela, porque o Governo não acompanhou, na totalidade, a proposta que algumas forças políticas fizeram.

No que concerne à matéria dos transportes, deseja que seja definida para todos, pois na sua perspetiva é isso que considera ser a universalidade de direito e de acesso. Sendo que outras medidas podem criar desigualdades entre os territórios.

Espera, por isso, que em matéria de gratuitidade também dos transportes para os 18 anos, seja colocada para os idosos e reformados, defendendo que se aplique primeiro aos jovens. Relembra que a Câmara Municipal aprovou por unanimidade uma tomada de posição nesse sentido, sendo esse o compromisso com o órgão e, em particular, com os municípios. Conclui, deixando nota que este ano não haverá comparticipações, mas espera que nos próximos possam ter o ensino secundário também pago a 100%.

. Em resposta à Sra. Sónia Rilhó (5.), o **Sr. Presidente** espera poder dar novidades em breve. Conhece o problema processual que existiu no início, mas crê que o caminho foi encontrado e irão tentar andar depressa (uma vez que os elementos já foram entregues).

Questiona se submeteram a última entrega online.

A **Sra. Sónia Rilhó** responde, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** esclarece que a D. Elsa irá procurar e dará resposta.

Passa a palavra à **Sra. Vereadora Maria João Camolas** para esclarecimentos adicionais à intervenção da Sra. Diana Nascimento (2).

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** dá nota que não tem muito mais informação a aduzir, mas sabe que, no dia anterior, o Gabinete de Educação esteve reunido com a Diretora de Obras precisamente sobre o assunto em questão, sendo que esta informação já poderá ter chegado à escola ou à associação.

Realça que todas as patologias estão identificadas, pois trata-se de uma preocupação constante, sendo hábito nas pausas letivas acelerar um pouco a reparação de obras e executar melhorias.

Conclui que, contrariamente ao que foi mencionado, tem informação que existiram trocas de *e-mails* e respostas entre janeiro e fevereiro, podendo existir algum equívoco.

A **Sra. Diana Nascimento** intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** informa que ainda não possui as conclusões da reunião.

O **Sr. Presidente**, face à intervenção da Sra. Vereadora Maria João Camolas, considera ser importante afinar a comunicação pois é de todo o interesse reunirem-se e escapelizarem todos os aspetos, dando como exemplo alguns trabalhos que são competência das Juntas de Freguesia, nomeadamente a desinfeção regular das areias e a conservação e limpeza os Espaços de Jogo e Recreio internos das escolas (e os externos também). Sobre as plantações de árvores, informa que terá todo o interesse em trabalhar, obedecendo às indicações dos arquitetos paisagísticos do município e às espécies adequadas. Crê que existe caminho e solução para se responder às expetativas, mas a reunião servirá para clarificar todos os aspetos.

Não existindo mais intervenções do público, termina a agradecer a presença e intervenção de todos, pois considera ser sempre bom serem alertados e pressionados para que as coisas andem mais rapidamente.

Dá por terminada a reunião e despede-se de todos desejando uma Páscoa feliz.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e três minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco